Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus | Órgão do Movimento de Esquerda Socialista | Ano I N.º 26/23 Abril de 1975 | Preço 3$00

Com os deputados revolucionários do MES

VIGILÂNCIA POPULAR NA CONSTITUINTE!

A campanha eleitoral chega ao seu termo.

O M. E. S. combatendo a realização de eleições burguesas na fase actual do processo político, aceitou, como força revolucionária que é, dar combate à burguesia no seu próprio terreno, apresentando candidaturas à Assembleia Constituinte.

Para além de inoportunas e desmobilizadoras, as eleições são sobretudo perigosas para o avanço do processo revolucionário.

Perigosas porque são feitas para a burguesia as ganhar aproveitando-se, antes de mais, do «trabalho» realizado pelos agentes do regime fascista.

Perigosas porque uma vitória eleitoral da direita, uma vitória dos blocos fascistizante (C.D.S. e outros suspensos ou ilegalizados) e social-democrata (P.P.D./P.S.) aumentará fortemente a conspiração e o golpismo burgueses.

Perigosas porque animarão ainda mais as forças burefeitos importantes na correlação de forças existentes no seio do M.F.A., deslocando para o seu lado oficiais hesitantes.

Perigosas porque contribuirão para, juntamente com o agravamento da crise económica e o boicote imperialista, criar condições para a reorganização das forças da conspiração burguesa.

Perigoas porque animarão ainda mais as forças burguesas a romperem com o pacto que assinaram com o M.F.A., na constituinte e fora dela, tentando traduzir a vitória eleitoral em ganhos políticos no aparelho de Estado.

Tudo isto, que o M.E.S. desde há muito vem afirmando, se tornou ao longo desta campanha muito mais claro para muitos trabalhadores.

Tudo isto mostra que as posições tomadas pelo P. C. P. e pelo M. D. P. foram posições defensivas e inconsequentes no combate à realização das eleições neste momento, posições assumidas no quadro de uma lógica reformista e de conciliação de classes.

Tudo isto mostra que a posição dos oficiais progressistas do M.F.A. foi também defensiva, pois percebendo que a realização das eleições contrariava a continuação do processo político em curso, não tiveram força para as adiar vindo a encontrar no voto em branco para os não esclarecidos uma forma de limitar os estragos eleitorais.

Continua na pág. 3

NACIONALIZAR NÃO CHEGA!

controle pelos trabalhadores! como se faz?

As nacionalizações decididas pelo Conselho da Revolução, a nacionalização da banca e dos seguros, dos transportes marítimos de longo curso, dos transportes aéreos, dos caminhos-de-ferro, da produção e distribuição de energia eléctrica, da refinação de petróleo, da siderurgia e a expropriação parcial dos latifúndios, colocaram a questão do controlo operário, a questão do controlo dos trabalhadores sobre as nacionalizações, como uma questão decisiva para o avanço do processo revolucionário.

Tal como o 25 de Abril no campo político, estas medidas abrem, no campo económico, um processo de transformação que só se for controlado e dirigido pela classe operária e seus aliados, pelos explorados e oprimidos, contribuirá para que se avance decisivamente para o socialismo.

A grande tarefa dos trabalhadores, na situação actual, é fazerem destas medidas um poderoso meio de ataque ao poder do capital. **A grande tarefa dos explorados e oprimidos é o fortalecimento do poder operário e popular, caminho através do qual o capital será obrigado a pagar a sua próría crise.**

O controlo operário encontra-se hoje na ordem do dia. Só a afirmação do poder operário em todos os locais de trabalho e numa perspectiva global pode fazer das nacionalizações um processo de ataque ao lucro, às relações capitalistas de produção, á hierarquia e divisão capitalistas do trabalho e à disciplina patronal reaccionária, por um lado, e um processo de transformação da economia portuguesa voltado para a satisfação das necessidades fundamentais dos trabalhadores, por outro lado.

O controlo operário sobre a produção, nas empresas nacionalizadas e nas empresas privadas, ultrapassa o campo da movimentação reivindicativa. **O controlo operário combatendo a desorganização da produção capitalista e a sabotagem económica do patronato (nomeadamente os seus efeitos principais, desemprego e subida acelerada do custo de vida) põe claramente a questão do poder no próprio local de trabalho.**

CONTROLO OPERÁRIO E HEGEMONIA OPERÁRIA

Os órgãos que podem ser a alavanca do controlo operário sobre a produção não se confundem com os órgãos que servem a luta reivindicativa, nomeadamente as comissões sindicais ou os sindicatos. Os órgãos de afirmação do controlo operário têm de ser órgãos voltados para a **fiscalização e contestação da gestão capitalista e do poder patronal e não órgãos meramente reivindicativos.**

Assim como órgãos voltados para a questão do poder, para o combate à lógica capitalista de funcionamento das empresas, os órgãos de controlo operário devem assegurar a hegemonia da classe operária sobre as restantes camadas trabalhadoras.

O controlo dos trabalhadores sobre a produção, e, particularmente, nas empresas nacionalizadas tem de se fazer na defesa intransigente dos interesses de classe do proletariado. Neste sentido as comissões de trabalhadores voltadas para o controlo da produção devem assegurar uma preponderância de elementos claramente conscientes dos seus interesses de classe.

Continua na pág. 6

Peniche: sem patrões também pescamos!

A propósito da greve recentemente levada a cabo pelos pescadores de Peniche, Esquerda Socialista ouviu vários pescadores. Eis a conversa que travámos:

E.S. Qual o motivo que originou a greve?

R. O primeiro motivo quanto a mim acho que nós estávamos a ser mal pagos, e portanto foi um melhoramento de trabalho ou mais algum ordenado do que nós tínhamos.

E.S. A greve foi por uma melhoria de salários. Mas além dos salários há outros motivos pelos quais vocês lutam. Eu agradecia agora que o Arlindo nos indicasse quais esses motivos.

R. Eu quanto a salários acho que não há uma significância grande no que nós pedimos. O salário, quanto a nós, não nos diz respeito praticamente. O que nos diz respeito dentro das reivindicações são as regalias. Regalias essas que o patronato não aceita. Quanto a aumentos os pescadores estão a pedir uma insignificância de 2 a 3.000$00 ao fim do ano. Não é nada, nós sabemos que o nível de vida subiu e que um aumento de salários de 2 a 3 mil escudos por ano não é nada. Quanto a reivindicações a minha opinião é mais pelas regalias. E são as regalias que a eles talvez lhes custe dinheiro, mas que nós precisamos delas. Nós, como pescadores não poderemos ser pintores. Nós como pescadores não poderemos fazer a aparelhagem..., porque nós sabemos que todos os ramos têm os seus operários, têm que lhes apresentar todos os apetrechos que são precisos. Nós como pescadores exigimos o mesmo. Os apetrechos que os pescadores têm para a pesca são feitos pelos próprios pescadores. É meu parecer que esses apetrechos nos sejam pagos, coisa que não está sucedendo. Quanto aos seguros que nós pedimos, que são os seguros de acidente como à invalidez e à morte, nós devemos ter uns certos direitos. De quem? Não posso responder à solução, mas o pescador paga nessa solução. É isso que eu digo e é uma opinião minha.

E.S. Sabemos que em Peniche a maior parte da sua população se não são pescadores vivem directamente da pesca. Qual o número de pescadores em Peniche e qual o número aproximado de pessoas que dependem desses pescadores.

R1. O número de pescadores de Peniche anda à volta dos mil e quinhentos. Das pessoas que dependem da pesca dos pescadores, do peixe, dependem aí talvez uns seis mil portanto, agregados aos pescadores sejam os familiares filhos e etc...

R.2. Quanto a mim há mais familiares, mais pessoas agregadas a esses pescadores e na minha opinião pessoal andarão à volta dos dez mil e não dos seis mil. Acho que seja exacto aquilo que estou a dizer.

Todos solidários

E.S. ...Nós sabemos que os pescadores da pesca artesanal entraram em greve, segundo nos parece por solidariedade com os seus camaradas da pesca da sardinha. Queríamos saber qual a vossa opinião em relação a isto.

R. Não é só a minha opinião pessoal que conta mas a de todos nós. Como disse nós também nos sentíamos mal pagos e portanto não só aderimos à greve por esse aspecto mas porque há diversos motivos pelos quais nos sentíamos inferiorizados por qualquer outro ramo. Nós como camaradas sentimos que aquilo que pedíamos era uma insignificância mas além de tudo eles pendir uma grande coisa. É mentira, e eu afirmo e tenho provas concretas que vêm de fonte limpa, que é tudo uma pura mentira. É porque eles sentiram que nós também tínhamos necessidades. Muitas vezes sai-se de casa às 10 horas da noite e entra-se em casa às 11 horas da noite. E então não era só neste aspecto que nós pedimos, e por acaso até foi aceite, não se trabalhar de noite nos anzois, porque cada vez mais, eu sou novo mas sei que há pessoas que sentem mais dificuldades do que eu de vista e ra outro problema por que nós aderimos à greve, que era não trabalhar de noite com seda. Tal como irmos para dentro das lanchas com todo o tempo, porque eles diziam que estava bom irmos para o barco, estava bom irmos para a lancha. Mas é uma pura mentira. Muitas vezes nós estávamos com o coração na mão que só eu e os meus camaradas é que sabemos os sacrifícios que nós fazemos ir de lancha arriscar a vida de minuto a minuto.

E.S. Qual a posição do Sindicato em relação à greve dos pescadores da sardinha?

R. O Sindicato assim que nós entramos em greve apoiou a greve da sardinha. Tanto que o Sindicato é que tem andado a tratar de toda a greve da sardinha porque uma coisa que a malta toda junta concorda é que quanto a nós o Sindicato vem a ser uma grande coisa para a malta, porque a malta trabalhamos o ano inteiro, tínhamos estado dia e noite a trabalhar, chegámos a estar a apanhar peixe muitas vezes até às 2 horas da tarde e depois voltavam-nos a chamar para o mar às 4 horas da tarde. A malta que formou o Sindicato todos eles são pescadores e apoiaram a greve da pesca da sardinha.

Uma opinião minha e de todos os nossos camaradas é que nós entrámos em greve contra a exploração do homem pelo homem, porque não é justo o mestre ao fim do ano ganhar, por exemplo, 200 contos fora a percentagem. Essa percentagem que o patrão dá ao mestre que vai às vezes aos 400 contos devia ser dividida pelas companhas todas da pesca da sardinha. Outro aspecto também é que a malta em todos os barcos os ajudantes de choferes têm 1 mês de férias, têm subsídio e têm o salário mínimo, e a malta do banco, por exemplo, queríamos o ordenado mínimo e vá lá, não digo um mês mas duas semanas de férias de Verão e quem diz Verão diz Inverno, entre esses barcos todos, dois homens por mês não custava nada.

Para termos melhores condições dentro da lancha pedimos aos patrões uns rádios portáteis para que pudéssemos comunicar ao barco base aquilo que se passava, então exigimos os rádios. Deram-nos a resposta numa reunião. Que nos davam os rádios se nós os pagássemos também. Pergunto eu, se o pescador ao pedir um rádio para comunicar ao barco base aquilo que se passa se é interesse só para o pescador, ou se é do interesse da pesca, para a empresa. E além disso, comunicar ao barco as condições em que se encontram os aparelhos, a maneira que às vezes nos queremos defender o prejuízo à empresa e também a nós próprios não é, e nós não podemos comunicar. E julgo que seja o interesse do patrão a dar-nos esses aparelhos precisos, para que não seja prejudicial à empresa e a nós.

E.S. Pelo que ouvimos, portanto, uma das reivindicações que os pescadores fazem seria a redução dos ganhos do mestre, pois sabemos que os mestres têm 4 partes e às vezes 5, fora a percentagem que no fim do ano os patrões lhes dão. Convém também acentuar que grande parte dos mestres até são armadores, são sócios, quando não são até donos do barco. Vocês querem a redução dos quinhões dos mestres de 4 ou de 5 para 3. Sabemos também que em cada barco há 22 homens, acrescentando portanto as partes do mestre e do contramestre, seriam 28 partes. Sabemos também que vocês anteriormente tinham uma percentagem da pesca que dava por pescador 1,5 por cento e que agora pedem uma percentagem de 46 por cento, que vai dar, por pescador, uma percentagem de 1,7 por cento em relação ao produto da pesca.

Os pescadores não desejavam a greve

R. E isso mesmo que nós pensamos, está muito bem o que acabou de dizer. Agora há uma coisa, isto que se cifrou aqui não é nada que possa prejudicar a empresa.

E.S. Outra pergunta que eu queria fazer visto que nós temos conhecimento que em Peniche, e não só, há muitas pessoas que consideram a greve dos pescadores não oportuna, não reconhecendo que ela é justa, dizem que não é oportuna porque está a contribuir para o agravamento da economia nacional. Queria saber qual a opinião dos pescadores de Peniche, e especialmente a vossa opinião sobre isto.

R. De facto é uma verdade que sabemos que prejudica. Mas eu como pescador, e todos nós, creio eu a culpa não é nossa, a culpa será a teimosia do patronato... Quanto a mim os pescadores não desejariam a greve.

E.S. A opinião do Arlindo que é a opinião generalizada dos pescadores de Peniche: se a greve deles prejudica a economia nacional, os pescadores de Peniche estão conscientes de que não são eles os culpados desse agravamento da economia nacional.

A greve da pesca da sardinha arrasta-se já desde o dia 20 de Março, mais tarde, a partir de 1 de Abril, entraram em greve os pescadores da pesca artesanal. Neste momento, como é que estão a decorrer as negociações, têm avançado ou pelo contrário, a coisa está, na mesma? Gostava de ouvir a opinião do José Paulino da pesca da sardinha acerca disto.

R. Com respeito aos avanços da greve da sardinha, eu por acaso até soube ontem que a coisa nem anda para a frente nem anda para trás. Está tudo absolutamente na mesma. E soube ontem que hoje, dia 15 de Abril, foram a Lisboa mais uma vez a comissão sindical dos pescadores da sardinha.

R. Na artesanal as coisas têm corrido um pouco melhor porque algumas reivindicações não do aspecto material mas digo do aspecto de trabalho têm melhorado um pouco, mas ainda é insuficiente.

E.S. Segundo aquilo que Sebastião disse a pesca artesanal já tem avançado. Nós queríamos saber o que já conseguiram até agora.

R. Foi os 50$00 da lancha que era 40$00 e que passou para 50.

E.S. Das regalias conquistadas pelos pescadores da pesca artesanal, podemos considerar que até nem vão prejudicar os armadores, os patrões, uma vez que essas conquistas são tiradas do produto da pesca, o qual pertence aos pescadores. Isto é injusto, pois que só isto não chega.

Os pescadores exigem melhores condições de trabalho, exigem que todo o material preciso para a pesca seja da obrigação do patrão e não deles, assim como a questão da cedência que o patrão terá de resolver e outros aspectos sociais que interessam aos trabalhadores e que até agora os patrões não aceitaram, não resolveram nada.

R. Nós o que pedimos foi essa dita importância, insignificante. Pelo contrário, eles para nos prejudicar... nós, disseram que tínhamos de aumentar no monte deles, mais meio quinhão.

E.S. Pergunto se os pescadores estão dispostos a continuar a greve e a lutar até ao fim? Se caso os armadores não cedam, os pescadores estão dispostos

a pegarem nos barcos e irem eles pescar sozinhos?

R. A gente já lhes disse. Somos tão competentes como eles. Temos homens da nossa fonte de pescadores, homens competentes para nos levarem à pesca e nos dirigirem, e continuarmos, sem dar prejuízo à nossa Nação e à economia. Podemos ir ao mar até o nosso Governo ceder a coisa, até eles cederem aquilo que nós pretendemos.

E.S. Mas estão dispostos a continuar a greve até os patrões darem aquilo que vocês querem?

Não são precisos patrões para apanhar peixe

R. Creio que sim. Acredito nisso. Agora é uma questão de verem as coisas. Nós até hoje nem sabemos justificar bem essa pergunta que o sr. fez, porque os patrões amanhã, vão ter uma reunião em Lisboa, no Ministério do Trabalho, e a resposta será amanhã dessa reunião. Se ela nos for útil creio que tudo está normalizado, se não for útil eu julgo que sim, que estamos dispostos a isso, e podemos ir ao mar. Temos homens, pescadores, que fazem o mesmo serviço que fazem os patrões.

E.S. Da vossa resposta resulta que é evidente que não são precisos patrões para se apanhar peixe. Os pescadores podem substituí-los muito bem e com certeza fazem melhor do que eles. Dentro deste esquema nós queremos fazer uma outra pergunta: como é que encaram, numa fase posterior, a tomada dos barcos, ou seja a formação de uma cooperativa de pescadores em Peniche, em que todos os barcos se juntariam, e qual a possibilidade de isso andar para a frente?

R. Há o caso que se acaso a greve continuar, quanto a mim sabemos todos nós, os pescadores, sabemos que há homens à altura para governar os barcos. Ou então, dentro de uma cooperativa aliada com todos os camaradas, para melhor distribuição e todos nós podemos assegurar a vida de todos os filiados. Mas no caso de a greve continuar achava justíssimo que não houvesse paralisação do trabalho, porque nós precisamos trabalhar e só com o trabalho é que nós podemos sobreviver.

Somos incompetentes porque não temos os apetrechos

R. Os pescadores pensam organizar-se e seria bom nós organizarmo-nos. Mas infelizmente dentro da nossa pesca portuguesa não temos barcos de pesca em condições para que nós os pescadores, nos possamos organizar. Se nós tivessemos uma evolução de pesca e navios preparados à pesca, nós os pescadores portugueses sabiamo-nos organizar. Mas infelizmente não temos.

R. Assim como na China que existiam uma média de 60 barcos por porto de pesca com motores de pequena cavalagem e agora é totalmente diferente. Há mais de 200, com motores de 600 cavalos. E eles têm avançado sempre e nós não estamos à altura de nos podermos organizar, os pescadores, porque não temos embarcações suficientes à altura para isso. Se tivessemos seriamos homens para defender bem a nossa pesca portuguesa.

R. Nós só somos incompetentes porque não temos os apetrechos precisos. O que nos faz incompetentes é isso.

E.S. Parece-me que em relação à pergunta que fizemos os pescadores de Peniche estão conscientes que para eles até poderiam avançar neste processo, de nacionalização ou de cooperativa, e de serem eles a controlar os barcos. Mas em Portugal, mais concretamente aqui em Peniche, as condições materiais não os ajudam muito pois os barcos não estão suficientemente apetrechados para que resultasse esta exploração a favor. Mas daqui resulta que se o Estado interferisse, se apetrechasse os barcos ou se os ajudasse neste processo tal poderia ser levado por diante e os pescadores de Peniche poderiam dispensar os patrões da faina da pesca, e poderiam eles mesmos tomar conta dos barcos, controlar a sua pesca e tomar conta dos seus destinos. Portanto para os pescadores de Peniche, o processo de nacionalização não os assusta.

Eles entendem que é uma medida que deverá ser tomada não a curto prazo, mas que só poderá resultar depois da sua organização e depois de um compromentimento do Estado em os ajudar na parte material, nos apetrechos inerentes à exploração da pesca, que os leve a tirar rendimento e a beneficiar deste processo de nacionalização.

Aqui fazemos um apelo a todos os pescadores de Peniche pois que é urgente que se organizem, é urgente que tomem consciência dos seus problemas, é urgente que lutem para que um dia posssam ser eles e só eles a controlar, a gerir, a decidir do seu destino. Apelamos pois para que isto se faça o mais rapidamente possível, apelamos para a organização dos pescadores porque só assim será possível a sua emancipação, só assim será possível libertarem-se daqueles que não têm feito outra coisa senão explorá-los e oprimi-los. Só assim será possível que em Portugal se avance no processo revolucionário e se atinja aquilo que os trabalhadores de Peniche desejam, que é a sociedade sem classes em que não haja explorados nem oprimidos.

Continuação da pág. 1

Esquerda Socialista

O voto em branco para os não esclarecidos, avançado pelos oficiais progressistas do M.F.A., é importante porque retirará votos à direita e limitará a sua expressão eleitoral.

O voto em branco, que significa sobretudo um não votar na direita, no C.D.S., P.P.D. e P.S. é atacado por essas forças que sentem ser uma forma da sua campanha publicitária, demagógica e mistificadora não dar os frutos que o «capital» investido justificaria.

No entanto não nos enganemos. Para além de ser uma posição defensiva adoptada pelos oficiais progressistas do M.F.A., **as massas trabalhadoras nunca estarão esclarecidas numas eleições burguesas seja qual for a altura em que se façam**, sobretudo quando se põe a TV ao dispor de discípulos de Marcelo Caetano, quando os inquéritos do 28 de Setembro e, sobretudo, do 11 de Março não são publicados na devida altura nem com a devida profundidade quando partidos com larga implantação operária aceitam completamente o jogo eleitoral da burguesia, cartazes e auto-afirmação partidária em vez de organização, esclarecimento e mobilização das massas.

Por tudo isto, porque a vigilância popular contra as manobras da reacção capitalista também passa pela constituinte o M.E.S. decidiu ir até ao fim, ir às urnas em todos os distritos em que apresentou candidaturas.

Consequentes com a posição que tomámos, de combate e denúncia das eleições no próprio terreno do adversário, sabemos que é importante a eleição de deputados revolucionários que denunciem todas as manobras que se forjem no seio da constituinte, que façam ouvir na constituinte a voz dos explorados e oprimidos e das suas lutas. **Os candidatos do M.E.S. são militantes revolucionários que nas fábricas, nos campos, nas empresas, nas escolas, em todo o lado, têm sabido enfrentar o patronato e os seus agentes. Os candidatos do M.E.S. saberão na constituinte lutar contra as manobras da burguesia, contra a sabotagem dos avanços conquistados pela luta dos trabalhadores do nosso país.**

Eleger deputados revolucionários do M.E.S. é colocar na constituinte militantes que saberão cumprir até ao fim a sua tarefa de revolucionários.

Eleger deputados revolucionários do M.E.S. é contribuir para ultrapassar os limites da constituinte: o terreno fundamental de luta continua a ser o da luta de massas contra a exploração e a opressão, pelo poder operário e popular a caminho da tomada do poder, pela classe operária e seus aliados, e do socialismo.

luta pela saúde–tudo por fazer!

A actual situação hospitalar portuguesa é suficientemente caótica para dispensar descrições alongadas. Basta apontar 3 ou 4 características para a definir.

Insuficiência material alarmante;

Péssimo estado das instalações existentes;

Centralização hospitalar no litoral;

Reprodução no hospital da ideologia dominante.

As soluções que se poderão apelidar de técnico-politicas da assistência hospitalar têm de ser desde já conduzidas pelos trabalhadores, nomeadamente por meio das suas organizações.

A actuação imediata correcta é a **nacionalização de todas as clínicas privadas como meio de aumentar o número de camas.** Só na região Sul há cerca de 2000 camas nestas condições, a que os trabalhadores não têm acesso ou quando têm é apenas para intervenções cirúrgicas rendíveis e as mais das vezes desnecessárias.

Mas existem pelo País fora inúmeros hospitais paralisados ou transformados em asilos, por falta de técnicos e material, que devem ser aproveitados já, se se mobilizarem esses técnicos.

Mas só a gestão da saúde pelos trabalhadores terá a capacidade de movimentar estes técnicos que nunca irão de livre vontade trabalhar para locais do interior, escudando-se em argumentos de pseudo-deontologia e de competência profissional. **É preciso exigir desde já a mobilização dos técnico de Saúde em comissões de serviço** até ser estruturado definitivamente o Serviço Nacional de Saúde.

A futura rede hospitalar deverá obedecer às reais necessidades da população e à sua localização geográfica, de modo a que todo o País fique coberto com estabelecimentos de saúde capazes de proporcionarem cuidados imediatos de saúde. Assim ter-se-á de dividir o País num grande quadriculado em que em cada quadrado existam locais de assistência periféricos que caminhem para o centro onde deverá haver um hospital equipado de todos os serviços de base. O papel político mais importante será exercido nos centros periféricos onde serão possíveis experiências de gestão colectiva e de discussão alargada do que representa a saúde e do seu carácter eminentemente político.

Até aqui os hospitais têm sido geridos exclusivamente por médicos ou por quadros superiores administrativos cujos interesses de classe são semelhantes.

Após o 25 de Abril gerou-se um movimento a nível de alguns hospitais que pretendiam dar todo o poder às bases, através da criação de assembleias de serviço e de hospital. Este movimento falhou pois os trabalhadores de Saúde não foram capazes de ultrapassar a sua perspectiva elitista e ligar-se decididamente a todos os explorados. Neste momento os hospitais são geridos por élites burocratizadas em que predominam os médicos, que não são de modo algum controlados por assembleias que praticamente deixaram de se realizar.

Enquanto os trabalhadores não encontrarem formas organizativas de participar na gestão dos seus hospitais, a estrutura repressiva não se alterará em nada.

Os hospitais são efectivamente um local de repressão dos trabalhadores. **A participação do doente na sua própria terapêutica é nula.** Ele é dividido em bom ou mau conforme a sua doença interessa à formação dos médicos ou é uma doença vulgar. Nos serviços de cirurgia este aspecto é escandaloso, pois ninguém lhes pergunta se querem ser operados.

O doente está submetido a uma disciplina dentro dos serviços perfeitamente fascista: podem ser expulsos por simples decisão do chefe de serviço, não há qualquer possibilidade de deslocação para fora do hospital dos doentes que o poderiam fazer perfeitamente, as visitas além de serem pagas são diminutas, a não ser dos quartos particulares em que são livres.

Só em socialismo a saúde dos trabalhadores será verdadeiramente prioritária, mas a luta pelo socialismo deve englobar desde já a participação activa dos trabalhadores na gestão hospitalar.

2º congresso da III Internacional —sobre o Parlamentarismo

Esta acção parlamentar, que consiste revolucionária, para a denúncia das manobras sobretudo nos países atrasados, apreciam totalmente subordinada aos fins e

Até ao II Congresso da Internacional Comunista (Moscovo Julho/Agosto de 1920) não tinha sido ainda claramente estabelecido se as sessões da nova Internacional deviam ou não introduzir na sua táctica a participação nas eleições e a intervenção nos parlamentos dos países capitalistas europeus, questão que havia tomado aspectos diversos segundo cada país. A III Internacional C., fundara-se em 1919 animada pela revolução soviética com o fim de aglutinar os partidos operários revolucionários europeus em luta contra o reformismo dos partidos socialistas ou social-democratas da II Internacional, que haviam substituído a via da Revolução Socialista pela coboração com as burguesias nacionais dos países em guerra, pela via da conciliação de classes segundo o princípio de que «o proletariado deve primeiro conquistar a maioria mediante o sufrágio universal, receber depois o poder estatal mercê dos votos desta maioria, e finalmente sobre esta base de democracia «pura» organizar o socialismo». A isto a I.C., por intermédio de Lenine (n.º 7 e 8 da revista «A Internacional Comunista» respondia:

«O proletariado deve derrubar primeiro a burguesia e conquistar o poder estatal, utilizando depois esse poder, isto é, a ditadura do proletariado, para então conquistar a simpatia da maioria dos trabalhadores».

Ao longo das sessões deste II Congresso da Internacional Comunista, foi aprovada uma resolução que ficou conhecida como «Teses sobre o Parlamentarismo» e que aqui reproduzimos. Delas foi relator Boukharine, que as escrevera juntamente com Lenine e às quais Trotsky acrescentara a introdução sobre «A nova época e o novo parlamentarismo».

Esta questão parlamentar mostrava-se de grande importância pois era causa de divisão entre partidos operários revolucionários de diversos países.

Longos anos são passados sobre este congresso. Mas impõe-se uma legítima contastação: a prática parlamentar a que chegaram os partidos comunistas reformistas, renegou completamente estes princípios fundamentais para se virem a identificar ao velho parlamentarismo da II Internacional. O parlamento é abertamente apresentado como um organismo eterno, considera-se o Estado burguês como uma estrutura que pode acolher duravelmente uma representação autêntica das forças da classe operária: a luta de classes não só se reflete no parlamento mas pode também desenvolver-se e encontrar a sua resolução nas querelas parlamentares! Mais um passo e todas as teses iniciais da Internacional Comunista são renegadas e, com elas, esta afirmação fundamental de que a passagem do poder de uma classe a outra não pode historicamente passar pela via da democracia burguesa mas apenas pela via da revolução.

Parece hoje evidente que não se trata aqui de dilettantismo teórico ou de citação, mas de contribuir para a apreciação dos factos históricos reais, perspectiva que facilmente se confirma na leitura do texto já referido, a resolução da Internacional Comunista desta discussão histórica de 1920: a condenação histórica da via parlamentar e «democrática» mesmo quando é sublinhada a possibilidade de uma acção no interior dos parlamentos pelos partidos operários revolucionários expressamente constituídos em vista da Revolução Socialista, em vista da construção do novo Estado, o Estado da ditadura do proletariado fundada nos Conselhos Operários, e marcando assim o fim histórico do poder burguês, do Estado e do parlamento capitalistas.

A atitude dos partidos socialistas em relação ao parlamentarismo consistia inicialmente, na época da I Internacional, na utilização dos parlamentos burgueses para a agitação. Entendia-se a participação na acção parlamentar do ponto de vista do desenvolvimento da consciência de classe, quer dizer do despertar da hostilidade das classes proletárias contra as classes dirigentes. Esta atitude modificou-se não sob a influência duma teoria, mas sob a do progresso político. De seguida ao aumento incessante das forças produtivas e do alargamento do domínio da exploração capitalista, o capitalismo juntamente com os Estados parlamentares adquiriram uma estabilidade durável.

Daí a adaptação da táctica parlamentar dos partidos socialistas à acção legislativa «orgânica» dos parlamentos burgueses e a importância sempre crescente da luta pela introdução de reformas nos quadros do capitalismo, a predominância do programa mínimo dos partidos socialistas, a transformação do programa máximo numa plataforma destrinada às discussões sobre um «objectivo final» longínquo. Nesta base se desenvolveram o arrivismo parlamentar, a corrupção, a traição aberta ou camuflada dos interesses fundamentais da classe operária.

A atitude da III Internacional em relação ao parlamentarismo não é determinada por uma nova doutrina, mas pela modificação do papel do próprio parlamentarismo. Na época precedente o parlamento, instrumento do capitalismo em vias de desenvolvimento, conseguiu, num certo sentido, trabalhar para o progresso histórico. **Nas condições actuais, caracterizadas pelo desencadeamento do imperialismo, o parlamento tornou-se um instrumento de mentira, de fraude, de violências, de destruição, de pilhagens, obras do imperialismo; as reformas parlamentares desprovidas de continuidade e de estabilidade e concebidas sem um plano de conjunto perderam toda a importância prática para as massas trabalhadoras.** (...)

O comunismo deve tomar por ponto de partida o estudo teórico da nossa época (apogeu do capitalismo, tendências do imperialismo à sua própria negação e destruição, agravação contínua da guerra civil, etc...). As formas das relações políticas e dos agrupamentos podem ser diferentes nos diversos países, mas o fundo das coisas permanece o mesmo por toda a parte: trata-se para nós da preparação imediata, política e técnica, do levantamento proletário que deve destruir o poder burguês e estabelecer o novo poder proletário.

Para os comunistas, o parlamento não pode ser em nenhum caso, na hora actual, o teatro duma luta por reformas e para o melhoramento da situação da classe operária como aconteceu em certos momentos na época anterior. **O centro de gravidade da vida política actual está por completo e definitivamente fora do parlamento.** Por outro lado, a burguesia é obrigada, pelas suas relações, com as massas trabalhadoras e também devido às relações complexas existentes no seio das classes burguesas, a fazer aprovar de diversas maneiras algumas das suas acções pelo parlamento, onde as camarilhas disputam o poder, manifestam as suas forças e fraquezas, se comprometem, etc...

Também o dever histórico imediato da classe operária é o de arrancar estes aparelhos às classes dirigentes, de os rebentar, de os destruir e de substituí-los pelos novos órgãos do poder proletário. O estado-maior revolucionário da classe operária está aliás profundamente interessado em ter nas instituições parlamentares da burguesia guardas-avançadas que facilitarão a sua obra de destruição. Vê-se assim claramente, e desde logo, a diferença essencial entre a táctica dos comunistas aproveitando-se do parlamento para fins revolucionários, e a do parlamentarismo-socialista que começa por reconhecer a estabilidade relativa, a duração indefenida do regime. O parlamentarismo socialista dá-se a si próprio o papel de obter a todo o custo reformas; está interessado em que cada conquista seja considerada pelas massas em proveito do parlamentarismo socialista.

O velho parlamentarismo de adaptação é substituído por um parlamentarismo novo, que é um dos meios de destruir o parlamentarismo em geral. Mas as tradições desanimadoras da antiga táctica parlamentar aproximam certos elementos revolucionários dos antiparlamentares por princípio.

Considerando esta situação o II Congresso da Internacional comunista chega às conclusões seguintes:

O COMUNISMO, A LUTA PELA DITADURA DO PROLETARIADO E «PELA UTILIZAÇÃO» DO PARLAMENTO BURGUÊS

I

1.º **O parlamentarismo de Governo tornou-se a forma «democrática» da dominação da burguesia, a qual necessita, num momento dado do seu desenvolvimento, de uma ficção de representação popular exprimindo aparentemente a «vontade do povo» e não a das classes, mas constituindo na realidade, nas mãos do capital reinante, um instrumento de coerção e de opressão;**

2.º O parlamentarismo é uma forma determinada do Estado. Assim ele não interessa de maneira alguma à sociedade comunista, que não conhece nem classes, nem luta de classes, nem poder governamental de qualquer espécie;

3.º O parlamentarismo não pode sequer ser a forma do Governo «proletário» no período de transição da ditadura da burguesia para a ditadura do proletariado. No momento mais grave da luta de classes, logo que esta se transforma em guerra civil, o proletariado deve erguer inevitalmente a sua própria organização governamental, considerada como uma organização de **combate** na qual os representantes das antigas classes dominantes não serão admitidos; toda a ficção de **vontade popular** é, durante esta fase, prejudicial para o proletariado; este não tem qualquer necessidade da separação parlamentar dos poderes, que apenas lhe seria nefasta; **a República dos Sovietes é a forma da ditadura do proletariado;**

4.º Os parlamentos burgueses, constituindo um dos principais aparelhos da máquina governamental da burguesia, não podem ser conquistados pelo proletariado não mais que o Estado burguês em geral. **O papel do proletariado consiste em fazer saltar a máquina governamental da burguesia, em destruí-la,** aí compreendendo as instituições parlamentares, sejam elas as das Repúblicas ou as das monarquias constitucionais;

5.º **O mesmo para as instituições municipais ou comunais da burguesia,** que é teoricamente falso e opor aos órgãos governamentais. Na verdade elas fazem também parte do mecanismo governamental da burguesia: **elas devem ser destruídas pelo proletariado revolucionário e substituídas pelos Sovietes de deputados operários;**

6.º O comunismo recusa-se pois em ver no parlamentarismo uma das formas da sociedade futura; ele recusa-se em ver nele a forma da ditadura de classe do proletariado; ele nega a possibilidade da conquista durável dos parlamentos; ele tem por objectivo a **abolição** do parlamentarismo. **Apenas se pode encarar a utilização das instituições governamentais burguesas do ponto de vista da sua destruição.** É neste sentido e unicamente neste sentido que a questão pode ser posta;

sobretudo no uso da tribuna parlamentar para a agitação do adversário, para agrupar à volta de certas ideias as massas que, a tribuna parlamentar com grandes ilusões democráticas, deve ser às tarefas da luta extra-parlamentar das massas .

II

7.º **Toda a luta de classe é uma luta política porque ela é, no fim de contas, uma luta pelo poder.** Toda a greve, estendida a um país inteiro, torna-se uma ameaça para o Estado burguês e adquire por isso mesmo um carácter político. Esforçar-se por derrubar a burguesia e **destruir** o Estado burguês é suster uma luta política. **Criar um aparelho de Governo e de coerção proletário, de classe, contra a burguesia refractária, é, seja qual for este aparelho, conquistar o poder político;**

8.º A luta política não se reduz pois a uma mera questão de atitude em relação ao parlamentarismo. Ela abrange toda a luta de classe do proletariado, uma vez que esta luta deixa de ser localizada e parcial mas tende à destruição e derrube do regime capitalista em geral;

9.º **O método fundamental da luta do proletariado contra a burguesia, quer dizer contra o seu poder governamental, é antes de tudo o da acção de massas. Estas últimas são organizadas e dirigidas pelas organizações de massa do proletariado (sindicatos, partidos, sovietes), sob a direcção geral do Partido Comunista solidamente unido, disciplinado e centralizado.** A guerra civil é uma guerra. Nesta guerra, o proletariado deve ter bons quadros políticos e um bom estado-maior político dirigindo todas as operações em todos os domínios de acção;

10.º A luta de massas constitui todo um sistema de acções em vias de desenvolvimento que se avivam pela sua própria forma e levam logicamente à insurreição contra o Estado capitalista. **Nesta luta de massas, chamada a transformar-se em guerra civil, o partido dirigente do proletariado deve, em regra geral, fortificar todas as suas posições legais, arranjar pontos de apoio secundários da sua acção revolucionária e subordiná-los ao plano da campanha principal, a luta das massas;**

11.º A tribuna do parlamento burguês é um destes pontos de apoio secundários. **Não se pode invocar contra a acção parlamentar a qualidade burguesa da própria instituição. O Partido Comunista participa nela não para aí travar uma acção orgânica, mas para minar do interior a máquina governamental e o parlamento** (exemplos: a acção de Liebknecht na Alemanha, a dos bolcheviques na Duna do czar, na «Conferência democrática» e no «Préparlamento» de Kérenski, na Assembleia Constituinte, nas municipalidades; enfim, a acção dos comunistas búlgaros);

12.º **Esta acção parlamentar, que consite sobretudo no uso da tribuna parlamentar para a agitação revolucionária, para a denúncia das manobras do adversário, para agrupar à volta de certas ideias as massas que, sobretudo nos países atrasados, apreciam a tribuna parlamentar com grandes ilusões democráticas, deve ser totalmente subordinada aos fins e às tarefas da luta extra-parlamentar das massas.** A participação nas campanhas eleitorais e a propaganda revolucionária do alto da tribuna parlamentar têm um significado particular para a construção da consciência política da classe operária que, como as massas trabalhadoras rurais, têm permanecido até hoje afastadas do movimento revolucionário e da política;

13.º Os comunistas, se obtêm a maioria nas municipalidades, devem: a) formar uma oposição revolucionária relativamente ao poder central da burguesia; b) esforçar-se por todos os meios em prestar serviço à fracção mais pobre da população (medidas económicas, criação ou tentativa da criação de uma milícia operária armada, etc.); c) revelar em qualquer ocasião os obstáculos suscitados pelo Estado burguês contra qualquer reforma radical; d) desenvolver nesta base uma propaganda revolucionária enérgica, sem temer o conflito com o poder burguês; e) substituir, em certas circunstâncias, as municipalidades por sovietes de deputados operários. **Toda a acção dos comunistas nas municipalidades deve assim integrar-se na obra mais geral de desagregação do sistema capitalista.**

14.º **A própria campanha eleitoral deve ser tomada não no sentido da obtenção do máximo de mandatos**

parlamentares mas no sentido da mobilização das massas sob as palvras de ordem da revolução proletária. A luta eleitoral não deve ser obra apenas dos dirigentes do partido, o conjunto dos membros do partido deve nela tomar parte; todo o movimento de massas deve ser utilisado (greves, manifestações, efervescência no Exército e na Marinha, etc...); estabelecer-se-á com este movimento um estreito contacto; a actividade das organisações proletárias de massa será estimulada sem cessar;

15.º **Sendo observadas estas condições, a acção parlamentar passará a encontrar-se em completa oposição com a desanimadora e repulsiva política dos partidos socialistas de todos os países que colocam deputados no parlamento para sustentar esta instituição «democrática» e, no melhor dos casos, para a «conquistar».** O Partido Comunista apenas pode admitir a utilização exclusivamente **revolucionária** do parlamentarismo, à maneira de Karl Liebknecht, de Hoeglund e dos bolcheviques.

III

16.º O **«antiparlamentarismo» por princípio, concebido como a recusa absoluta e categórica de participar nas eleições e na acção parlamentar revolucionária, não é senão uma doutrina infantil e ingénua que não resiste à crítica, resultante por vezes duma sã aversão pelos políticos parlamentares, mas que se não apercebe da possibilidade do parlamentarismo revolucionário.** Acontece ainda que esta opinião se baseia sobre uma noção perfeitamente errónea do papel do partido, considerado não como a vanguarda operária centralisada e organisada para o combate mas como um sistema descentralizado de grupos mal ligados entre eles;

17.º Por outro lado, a necessidade de uma participação efectiva em determinadas eleições e assembleia parlamentares **não deriva de maneira alguma do reconhecimento por princípio da acção revolucionária no parlamento. Tudo depende aqui duma série de condições específicas.** O abandono do parlamento pelos comunistas pode-se tornar necessário num momento dado. Foi o que aconteceu com os bolcheviques quando se retiraram do préparlamento de Kérenski, com a finalidade de o torpedear, de o tornar impotente e de lhe opor mais claramente o Soviete de Petrógrado nas véspera de se pôr à cabeça da insurreição; foi assim também quando os bolcheviques transferiram o centro de gravidade dos acontecimentos políticos para o III Congresso dos Sovietes. Noutras circunstâncias pode-se impor boicote das eleições, ou o aniquilamento, imediato e pela força, do Estado burguês; ou ainda a participação às eleições coincidindo com o boicote do próprio parlamento, etc...;

18.º Reconhecendo assim, em geral, a necessidade de participar nas eleições parlamentares e municipais e de trabalhar nos parlamentos e nas municipalidades, o **Partido comunista deve abordar a questão segundo cada caso concreto inspirando-se nas particularidades específicas da situação.** O boicote das eleições ou do parlamento, assim como o abandono do parlamento, são sobretudo de admitir em presença de condições que permitam a passagem imediata à luta armada para a conquista do poder;

19.º É indispensável nunca perder de vista o carácter relativamente secundário desta questão. Estando o centro de gravidade na luta **extra-parlamentar** pelo poder político, é perfeitamente evidente que a questão geral da ditadura do proletariado e da luta **das massas** por esta ditadura não se pode comparar à qusestão particular da utilização do parlamentarismo;

20.º É por isso que a Internacional comunista afirma da maneira mais categórica que considera como uma falta grave para com o movimento operário qualquer cisão ou tentativa de cisão provocada no seio do Partido Comunista por **esta** questão e unicamente por esta questão. O congresso convida todos os partidários da luta de massas pela ditadura do proletariado, sob a direcção de um partido centralizado sobre todas as organizações da classe operária, a realizar a unidade completa dos elementos comunistas, apesar das possíveis divergências de apreciação quanto à utilização dos parlamentos burgueses.

Que significam as nacionalizações?

Comissões de Trabalhadores respondem

Continuação da pág. 1

DO CONTROLO PARCIAL AO CONTROLO GLOBAL

Não basta assegurar a hegemonia operária no seio dos órgãos de poder dos trabalhadores em cada local de trabalho. Para assegurar aos trabalhadores o controlo sobre a produção, sobre as nacionalizações, sobre a reorientação da economia nacional.

Neste há que avançar para a actuação coordenada de todos estes órgãos a nível regional sectorial e nacional. Há que caminhar para a actuação coordenada, também com todos os órgãos do movimento sindical e com todos os outros órgãos de poder popular.

O que está em causa não são apenas os efeitos da desorganização capitalista, deste sistema de exploração e opressão, em cada local de trabalho. O que está em causa é inflectir para o lado da classe operária e dos seus aliados o processo de transformação económica em curso, obrigando o capital a pagar a sua própria cirse e criando condições que impulsionem a tomada do poder pelos trabalhadores.

Neste sentido os trabalhadores têm de fiscalizar e controlar não apenas a gestão das empresas nacionalizadas, lançando as bases de novas relações de trabalho, como também a política económica do Governo Provisório, forçando uma transformação global da economia portuguesa.

DA LUTA REIVINDICATIVA À QUESTÃO DO PODER

Nascidas das necessidades da luta reivindicativa, derivadasfundamentalmente das características da organização sindical, muitas comissões de trabalhadores rapidamente ultrapassaram o campo reivindicativo para, devido às proporções da crise económica, se colocarem num campo onde a questão do poder se colocou claramente.

A luta contra a sabotagem económica, os despedimentos, o não pagamento de salários, a luta pelo saneamento atingiram proporções e formas (como as ocupações) em que o poder capitalista foi efectivamente combatido.

As comissões de trabalhadores com efectiva experiência de luta, eleitas democraticamente e funcionando coordenadamente com as comissões sindicais devem ser a base a partir da qual deve avançar o controlo operário.

Querer fazer da organização sindical o meio de exercício do controlo organizado dos trabalhadores sobre a produção e as nacionalizações é tão errado como fomentar experiências «autogestionárias» desligadas da questão política global ou como cair no radicalismo económico esquecendo que na situação actual a luta económica tem claramente que se subordinar a objectivos políticos bem precisos: o fortalecimento do poder operário e popular, a reestruturação do movimento sindical em bases democráticas, de actividade e numa linha anticapitalista, isto é, o fortalecimento da capacidade de resposta dos trabalhadores à crise em curso.

OS LIMITES E OBSTÁCULOS NO AVANÇO DO CONTROLO OPERÁRIO

O principal limite consiste no facto de, nas empresas nacionalizadas ou o operariado não existe ou ser minoritário (salvo duas excepções) o que leva a que as comissões de trabalhadores existentes estejam longe de funcionar em bases correctas.

O principal obstáculo ao avanço do controlo operário é constituído pelos projectos políticos que defendem a exclusividade do movimento sindical e a dependência dos órgãos de controlo operário face ao Estado.

Estes limites e obstáculos só podem sem combatidos com: a) o reconhecimento estatal de todas as comissões de trabalhadoras — democraticamente e conjugando o seu funcionamento com as comissões sindicais — como os órgãos que executaram o controlo a nível de local de trabalho dependentes, não do Estado, mas da assembleia de trabalhadores. b) o avanço de todos os processos de saneamento. c) a criação de estruturas de controlo a nível de cada região, sector de actualidade e a nível nacional, compostas por elementos eleitos representando comissões de trabalhadores e sindicatos (federações, uniões e Intersindical).

Só assim os trabalhadores poderão controlar politicamente e globalmente as nacionalizações e derrotar as tentativas burguesas de defesa da lógica capitalista e as tentativas reformistas de tudo enquadrar no movimento sindical.

No sentido de auscultar a opinião dos trabalhadores sobre os problemas inerentes às nacionalizações realizadas pelo Governo Provisório, suas consequências e importância para o avanço do Processo Revolucionário em Portugal «Esquerda Socialista» resolveu ouvir os trabalhadores através dos seus centros de poder já constituídos — as comissões de Trabalhadores. Entrámos assim em contacto com trabalhadores de empresas dos diversos ramos abrangidos pelas medidas governamentais numa auscultação que, como é evidente, não tem intenção de se propôr como exaustiva da opinião geral dos trabalhadores sobre o problema, (chama-se a atenção para o facto de uma das empresas ouvidas, a PETROSUL, se encontrar ainda na fase de projecto, sendo assim constituída praticamente por quadros técnicos bastante bem remunerados — em média 17 000$00 — não servindo portanto, de amostragem da opinião dos trabalhadores do ramo petrolífero devido à ausência de representantes operários ligados directamente à produção). Esta amostragem mais não é do que o primeiro passo do amplo debate, imprescindível para a apresentação de propostas no sentido de um controlo operário e popular real e efectivo sobre os importantes sectores da economia portuguesa agora nacionalizados.

TEXTO DO INQUÉRITO

1. Significado global das nacionalizações. Seu papel no avanço do processo revolucionário.

2. Consequências quanto ao sector de actividade considerado, nomeadamente quanto a novas ordens de prioridades para o ramo e a futuros processos reivindicativos dos trabalhadores.

3. Controlo e gestão das empresas nacionalizadas; formas organizativas criadas ou a criar distinguindo as que são puramente internas à empresa das que incluam igualmente órgãos de poder a outros níveis (comissões de trabalhadores, de moradores ou outras).

4. Implicações pessoais das nacionalizações: baixas de salários, reduções de leques salariais.

SIDERURGIA NACIONAL

Respostas obtidas por diálogo com seis membros da Comissão de Trabalhadores, durante cerca de 45 minutos, sem preparação prévia.

Comissão de T.: maioria operária (especializados+indeferenciados) + 3 quadros intermédios ligados à produção + 5 dos serviços. Sem quadros superiores.

1. As nacionalizações são um avanço no processo, que convém aprofundar, no sentido de as transformar em medidas revolucionárias quando os trabalhadores tomarem o poder.

De imediato, **há que recusar quaisquer indemnizações ao capital, e fazer avançar a luta com o objectivo de impor a opção de esquerda da Coligação governamental.**

2. Em primeiro lugar, é preciso considerar qual o **destino dos lucros: por acção conjunta, global, de todos os trabalhadores, impor o destino social da maís-valia, lançando as bases de uma economia socialista.**

Quanto a alterações no funcionamento do sector, a C.T. considera necessário reconverter a produção, numa perspectiva de satisfazer **as necessidades da indústria nacional**, e não na busca do máximo lucro, sem no entanto perder de vista critérios de rentabilidade indispensáveis. Citem-se como exemplos, o fabrico de chapas para a construção e reparação naval, que são actualmente importadas (embora isso exija investimentos em maquinaria), e o caso de determinados perfis, actualmente produzidos por serem altamente lucrativos, em detrimento de fabricos essenciais à indústria portuguesa.

No que diz respeito ao carácter a dar à luta a partir das nacionalizações, a proposta da C.T. é clara:

1. Que no processo de nacionalizações da empresa não haja lugar a qualquer tipo de indemnização.

2. Que, em face do crescente desemprego a grassar no País, **nem um lugar por preencher seja consentido na Siderurgia Nacional e que este preenchimento seja orientado por representantes dos trabalhadores.**

3. Que se fixe o ordenado máximo em 20 000$00 (contra mais de 45 000$00 actualmente), e o mínimo em 8 000$00 (6 000$00 actualmente) e que se congelem todos os vencimentos acima de 12 000$00.

4. Que todos os vencimentos acima dos mínimos e dentro do congelamento devem baixar até ao nível considerado na tabela salarial de 1974.

3. **Por enquanto, não há condições para participação na gestão: os trabalhadores devem manter-se autónomos, e lutar pela modificação global do País.** É necessário não perder de vista que **o processo pode transformar-se na passagem de um capitalismo para outro**, existindo o risco de recuperação pela burguesia das conquistas até agora alcançadas.

4. Quanto a este ponto, a C.T. considera dever orientar-se a luta pelo princípio **a cada um segundo o seu trabalho**. Por outro lado, não perder de vista que **a retribuição não deve ser só em dinheiro mas também em regalias sociais, períodos de recuperação física e mental, abaixamento da idade de reforma.**

Para a compreensão desta posição, cite-se que, actualmente, 25 por cento dos operários estão atacados por silicose declarada, que a quase totalidade dos trabalhadores têm doenças profissionais, devido à poluição intensa que existe em toda a área fabril.

No que diz respeito à redução do leque salarial em relação aos «funcionários públicos», o problema não deve ser encarado desde já, pois as diferenças existentes enquanto a empresa era privada não desapareceram ainda.

SOPONATA

1. Pensa a Comissão de Trabalhadores que as nacionalizações são um passo importante e necessário no momento actual do processo de luta de classes em Portugal.

Não terá, no entanto, grande significado do ponto de vista dos trabalhadores, se tais medidas económicas não forem acompanhadas de modificações concretas na relação entre trabalhadores no campo da produção. **Os técnicos enviados pelos ministérios para a gerência das empresas deverão ser enquadrados com os trabalhadores das empresas na gestão da mesma**, pois se a iniciativa e o controlo de todos não tiver lugar neste processo de nacionalizações nada mudará profundamente e do possível avanço para o socialismo restará a sua pior das distorções: **O Capitalismo Burocrático Estatal.**

2. **A SOPONATA é um monopólio que agrupava capital da SACOR, CTM, CNN, SG, SONAP, BP, MOBIL e SHELL. A sua nacionalização era fundamental entre outras razões pelo seu carácter monopolista e básico do ponto de vista energético.**

Os vencimentos nesta empresa são relativamente altos o que não coloca a reivindicação salarial no primeiro plano da luta em curso.

As lutas deverão, por isso, centrar-se mais ao nível das condições e relações de trabalho.

3. **O controlo da empresa deve ser exercido fundamentalmente pelos órgãos de poder criados pelos trabalhadores** (comissões e subcomissões de trabalhadores) **em coordenação íntima com os técnicos nomeados para a gerência no sentido de uma progressiva autosuficiência dos trabalhadores organizados que permita com o tempo dispensar uma gestão estranha à organização interna destes.**

Não faz muito sentido ligar estes órgãos de poder a outros regionais, como por exemplo as comissões de moradores, porque sendo a maioria do pessoal gente embarcada não se referenciam, em terra, a nenhum lugar ou zona particular.

4. O leque salarial não é aqui muito alargado. Os ordenados mínimos são relativamente altos. Reconhece-se, no entanto, a necessidade de lutar por uma redução do leque.

PETROSUL

1. Considerando que a nacionalização da Indústria dos petróleos, se integra no programa do M.F.A., a que a grande parte dos portugueses se associa, não podemos deixar de considerar esta nacionalização como um passo decisivo na consecussão dos objectivos daquele programa.

2. Será agora possível uma melhor racionalização da Indústria, que conduzirá certamente a uma maior eficiência global. No que se refere especificamente à PETROSUL julgamos que irá reforçar a confiança nos benefícios, para o País, do projecto de Sines.

3. Compete ao Governo nomear os gestores das Companhias agora nacionalizadas, não se podendo, em caso algum, esquecer o alto grau de especialização de certos sectores da Indústria.

Caberá à Comissão de Trabalhadores o controlo da actuação dos gestores no que se refere aos interesses dos trabalhadores e do cumprimento dos objectivos que se pretendem atingir com estas nacionalizações.

4. Estamos certos que se irá evoluir no sentido de uma uniformização de salários e benefícios sociais, justa e equilibrada, em que nos iremos enquadrar, e que irá eliminar as injustiças sociais agora existentes.

COMPANHIA DE SEGUROS OURIQUE

1. Contrariamente ao que afirmam certos agrupamentos de esquerda, nós consideramos que **as nacionalizações serão uma medida extremamente positiva, desde que lhes seja avançado um conteúdo que a burguesia não pode aceitar: o do controlo pelos trabalhadores sobre as empresas agora nacionalizadas.**

Se forem os trabalhadores, autonomamente organizados, a controlar o funcionamento futuro das empresas nacionalizadas, estará dado um grande passo no sentido do socialismo. Isto porque as nacionalizações terão importância fundamental sobretudo na medida em que sejam meios de conseguir novos avanços.

2. As nacionalizações podem abrir novas perspectivas à gestão dos seguros. As empresas tinham uma importante actuação no mercado financeiro visto serem órgãos muito importantes de captação de poupanças. Assim será fundamental **garantir que a utilização dos dinheiros retidos nas empresas seguradoras seja empregado (investido) em realizações do interesse dos trabalhadores.**

Por outro lado impõe-se o controlo sobre aspectos fiscais, nomeadamente ligados ao **resseguro**. Por esta via verifica-se uma importação de seguros contra a qual há que lutar.

Quanto à questão de futuras acções reivindicativas pensamos que, se foram dados importantes passos, não estamos ainda no socialismo. Assim os trabalhadores continuam a avançar reivindicações políticas (como seja a do controlo sobre as empresas), e económicas no campo da actuação sindical.

Esta perspectiva explica a posição tomada, por exemplo quanto à participação na Comissão Administrativa. Resolvemos desvincular-nos dessa escolha pois **queremos responder perante os trabalhadore e não perante o Governo.**

Isto não significa, de modo nenhum, intenção de boicotar a actuação da Administração por parte do Estado. Digamos que a nossa posição é de apoio crítico.

Finalmente, queremos afirmar que a nossa posição nada tem a ver com posições de sociais-democratas, existentes em algumas empresas de seguros, que afirmam que o processo de escolha não foi suficientemente democrático por razões puramente oportunistas (queriam era ir eles para essas funções).

3. Já afirmámos o papel essencial que atribuímos ao controlo pelos trabalhadores das empresas nacionalizadas.

Estamos neste momento a discutir, precisamente, uma proposta organizativa (está na ordem de trabalhos da assembleia que está a decorrer). É do seguinte teor:

Assembleia: com poderes deliberativos.

Comissão de Trabalhadores, com funções puramente executivas.

Para tornar o esquema mais operacional propõe-se a criação de um órgão intermédio, composto pela Comissão de Trabalhadores, delegados das secções e das várias delegações, que teria poder deliberativo em relação aos assuntos para que fosse autorizado pela Assembleia Geral.

Pensamos que o controlo pelos trabalhadores da própria empresa é, importante, mas que devemos ultrapassar uma visão puramente coporativista e alargar esse controlo, criando-se **órgãos que integrem as várias formas de poder operário já existentes, por ex. comissões interempresas que integram várias comissões de trabalhadores.**

4. Perguntar se agora os empregados bancários são funcionários públicos é uma maneira falsa de pôr a questão (tanto como perguntar se os funcionários públicos são empregados bancários).

Somos trabalhadores de empresas nacionalizadas. Outra questão é defender a diminuição dos leques salariais entre os assalariados em geral, isso sim, é um objectivo a defender.

Neste momento lutamos pela assinatura do ACT, cuja negociação já dura há algum tempo.

Desistir de reivindicações só é correcto se se vir que isso traz algum avanço à luta dos restantes trabalhadores — há que ver primeiro quem é que disso tiraria vantagens.

BANCO DE PORTUGAL

1. As nacionalizações têm de ser encaradas como um passo importante na criação de condições para o avanço do processo revolucionário em Portugal.

Só que **por si só**, elas não são esse avanço. Há portanto, a necessidade de os trabalhadores avançarem com fórmulas de construção de poder popular mediante os quais aproveitarão as nacionalizações a seu favor fazendo o efectivo avanço daquele processo. **Neste campo são positivas as declarações do Governo Provisório no sentido de activar as populações para esse processo.**

É assim uma questão central neste campo o criar os processos e órgãos que permitam às populações interessadas uma efectiva participação e controlo de todas as operações (bancárias) que lhes digam respeito.

2. O Banco de Portugal é o banco central. A necessidade da sua nacionalização já vinha sendo sentida pelos trabalhadores desde o 25 de Abril. Uma vez que essa nacionalização não se verificou desde logo, os trabalhadores avançaram com um saneamento rigoroso, mas não indiscriminado, tendo em consideração o possível aproveitamento das pessoas. E isto mesmo muito antes do desbloqueamento que nesse assunto se operou com o 28 de Setembro.

A Comissão de delegados sente que o banco apenas deverá ter um papel transitório no controlo da actividade das empresas. Neste momento é no Banco de Portugal que se centraliza o controlo bancário nacional. É ainda o órgão que pode, a curto prazo, controlar a saída de divisas, definir novas estruturas de crédito ou encarar substituições de importações, enquanto não houver condições para a criação de um **Banco de Comércio Externo** e de uma **Central de Riscos de Crédito e de Informações** que cubram todo o território nacional. Salienta-se a importância no controlo da saída de divisas enquanto não for saneada a Direcção Geral do Comércio Externo e o Instituto Nacional de Crédito.

O Banco de Portugal deve deixar de ser um mediador entre o Governo e os bancos e **vir a ser um órgão dinamizador.** O Banco de Portugal limitava-se a dar sequência ao Governo. **Deve agora vir a funcionar como uma secretaria de Estado.**

3. Sobre o controlo e participação dos trabalhadores no processo, a comissão de Delegados tem consciência de que os trabalhadores do Banco de Portugal devem avançar decididamente no controlo do banco central, no sentido de assumirem a sua função claramente ao lado das classes exploradas.

Nesta altura funciona no Banco um grupo de gestores que colabora com os órgãos do Estado para a moralização do crédito. Os trabalhadores estão dispostos a assumir um papel crítico e de controlo sobre as decisões daquele grupo e a intervir nelas.

Já feito:

— **fiscalização de actividades de empresas que propõem operações aos bancos, através de contacto com as estruturas sindicais dessas empresas;**

— **substituição de chefias autoritárias por órgãos colegiais de trabalhadores eleitos,** os «colégios de decisão de trabalhadores» visam conseguir-se a democratização do sector, a participação de todos, a rotação de serviços, o fim da descriminação entre sexos, etc...

— **Saneamento de estruturas.**

Vemos assim, como necessária a reestruturação de serviços para a participação activa de todos os trabalhadores na reestruturação da empresa. A receptividade é grande.

Entretanto a Comissão de Delegados tem conhecimento de um projecto de lei orgânica que se considera ultrapassada pelo 11 de Março e suas consequências, e tudo irá fazer para que ele não saia sem auscultação aos trabalhadores.

Ainda sobre este ponto **a Comissão de Delegados sabe bem que a banca não é dos bancários.** Estes apenas têm de contribuir para a criação de condições que permitam que o controlo do crédito e investimentos seja feito pelos órgãos já criados, em embrião ou a criar de poder operário e popular, como sejam as comissões de trabalhadores, comissões de moradores, etc. Também no que toca à produção de bens de alimentação, é necessário que os órgãos de poder nos campos e as cooperativas tenham uma palavra a dizer quanto à concessão de crédito e gestão dos investimentos, (consequente participação destas, nos assuntos que lhes interessam, nas operações bancárias).

4. **A Comissão de Delegados sabe que há trabalhadores bancários que ainda não conseguiram ultrapassar as suas contradições de classe pequeno-burguesas, podendo assim ser instrumento da reacção.**

Como camada priviliegiada entre os trabalhadores, sabe que no que toca ao processo reivindicativo este se irá voltar para o nivelamento de estruturas.

Neste sentido haverá todo um trabalho pedagógico a desenvolver entre os bancários e outros sectores de serviços.

A questão é esta: a pequena burguesia tem de se decidir a alinhar ou ao lado da classe operária e demais explorados e oprimidos pondo-se ao seu serviço pelo avanço do processo e pelo socialismo, ou do lado da reacção e do capitalismo.

Na província, sobretudo, esta actividade pedagógica é fundamental.

Reconhece-se a situação de priviliégio e a necessidade de agora assumirem os trabalhadores bancários um papel de vanguarda até se criarem condições para uma efectiva participação no controlo da banca por parte dos trabalhadores da produção.

CARLUCCIA - FORA!

Com o título « C.I.A. contra o Terceiro Mundo» e assinado por Jack Bourderie, o quinzenário Afrique Asie (7 a 20 de Abril) publica, sobre o passado político do embaixador americano em Lisboa, um artigo que pela sua enorme importância decidimos traduzir e publicar.

«Para a Casa Branca, a Europa, hoje, é um novo Terceiro Mundo. Com os seus problemas, Grécia, Turquia, Chipre, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e agora Portugal. Para Washington torna-se necessário influenciar aí os acontecimentos». Victor Marchetti, autor de «A C. I. A. e o CULTO das INFORMAÇÕES» uma das personagens da «Equipa» até 1969, não faz mais do que confirmar o que foi recentemente afirmado no Senado americano, na subcomissão dos negócios estranjeiros encarregados da Europa: «o que se passa na Europa é infinitamente mais grave do que tudo o que acontece no Camboja ou no Vietname».

O Mediterrâneo tornou-se centro de intensa preocupação — sem contar com os Açores e a base das Lages. A tal ponto que o Comité dos 40, na sequência de uma das suas sessões inteiramente consagrada ao caso de Portugal, soltou os seus «cães de guerra secreta». E as coisas correm mal. No 28 de Setembro Spínola perdeu. O que não deixava prever, com tal rapidez, o relatório do general Vernon Walter, o número dois da C.I.A., enviado em Agosto para confirmar as informações fornecidas pelo velho embaixador liberal Stuart Nash Scott.

O Departamento de Estado decide uma nova missão em Lisboa no mês de Outubro, ao ser informado que o navio «Apollo», precioso apoio para os agentes da C.I.A. no Mediterrâneo, é denunciado e por pouco tomado de abordagem no Funchal, a 3 de Outubro, por uma multidão furiosa com o golpe de Estado falhado da maioria silenciosa.

Alain Lukens, especialista, no departamento de Estado, sobre a Península Ibérica, Robert Ryan, perito económico, Peter do Vos, sul-americano que fala português, e Michael Samuels, um bolseiro angolano especializado em planificação a longo prazo confirmam o que muito católico patrão da CIA, William Colby, farejara em Madrid, onde se encontra, também ele, em Outubro. É tempo de agir. **O liberal Scott é afastado, sendo nomeado em seu lugar Frank Charles Carlucci III, em Novembro.**

«Portugal é um país onde qualquer diplomata gostaria de viver, declarou ele na sua chegada a Lisboa, a 17 de Janeiro. Um lindo país, um clima agradável, habitado por um povo amável (...). Temos por ele grande interesse visto que luta pela democracia (...). Fala-se de eleições, de autodeterminação e de justiça social. São palavras a que nós, americanos, somos sensíveis (...). E Portugal e os E.U.A., são amigos de longa data.»

B-26 PARA SALAZAR

«E é verdade. De 1960 a 1971, rádio Europa-Livre, posto de emissão da CIA com estado-maior em Munique, emite a propaganda para os seus ouvintes da Polónia, Hungria, Checoslováquia, Roménia e Bulgária, graças a um emissor situado em Portugal. A comissão de desmantelamento da Pide/DGS divulgou recentemente documentos que provam que os americanos recebiam nessa altura nos seus campos de treinos, quadros da polícia política para os iniciar nas modernas técnicas de luta contra a subversão e em torturas tão refinadas como a «banheira» e a electricidade.

A sensibilidade dos americanos à palavra autodeterminação é um tanto peculiar se atendermos a que, em 1965, quando as colónias portuguesas desenvolviam um combate encarniçado contra o jugo colonial-fascista de Salazar, os Estados Unidos da América, que oficialmente aceitaram compromissos de não fornecer armas ao exército português, venderam, entre outros, por intermédio da Intermontain Aviatiar, vinte B-26 utilizáveis em operações na Guiné, Angola e Moçambique. Descoberto o escândalo, o piloto encarregado da entrega clandestina, o britânico John Richard Hawke, reconheceria serenamente perante o tribunal: «Claro que levei B-26 a Portugal, mas foi por ordem do departamento de Estado e da CIA». Aliás ele não viria sequer a ser condenado.

Mas a revolução de 25 de Abril fez desaparecer todos estes odores nauseabundos. Já não se trata, para o novo embaixador americano Carlussi da «ajuda que é devida aos amigos». Uma «ajuda económica» é claro, e nos «domínios da saúde, educação e cultura». A CIA? A embaixada tem o mesmo pessoal. Quando muito houve um reforço de duas ou três pessoas. Tudo isso são boatos sem fundamento...».

E quando a 31 de Janeiro um jornal de Berlim, «Extra Dienst», anuncia que uma tentativa de golpe terá lugar antes do fim de Março, relacionado com a embaixada americana, o embaixador da Alemanha e algumas personalidades portuguesas, surge uma avalancha de desmentidos».. «invenções de jornalistas».

Não apenas de jornalistas visto que a 11 de Março, na tarde do golpe de Estado abortado, **o chefe adjunto do COPCON, general Otelo Saraiva de Carvalho** referindo-se a intervenções externas e a tentativas de desacreditar o Governo Provisório português através de manobras de desestabilização e outras técnicas, nota que, «seja coincidência ou outro motivo as actividades deste tipo intensificaram-se». E acrescente: **«não sei qual vai ser a atitude do nosso Governo, mas, por precaução, seria bom que informassem o sr. Carlucci de que seria sem dúvida preferível para ele, abandonar o País, inclusivamente por razões da sua própria segurança pessoal. Pois eu, neste momento, não posso garantir a segurança física do dito Carlucci e na situação em que nos encontramos é possível que haja a lastimar algum dissabor. Seria extremamente aborrecido para o nosso Governo...»**

Mestre no eufemismo diplomático, Frank Carlucci afirma-se convencido de que «o Governo português e as autoridades militares do M.F.A. tomarão a peito e são perfeitamente capazes de assegurar (a sua) segurança pessoal».

Ameaça velada, que é apoiada por Bruce Lainger, subsecretário de Estado adjunto que, na subcomissão dos Negócios Estrangeiros do Senado afirma que «os E.U.A. lamentariam os obstáculos que se estariam a criar ao livre desenrolar de eleições livres nesse país». Kissinger mostra-se «inquieto com a evolução para a esquerda de Portugal».

Seria o clima português, subitamente, menos agradável para Frank Carlucci III? É certo que a imagem tranquilizante que ele tenta arranjar para a fotografia oficial liga mal com as declarações que fez na comissão senatorial, imediatamente antes da sua nomeação: «A participação dos comunistas no Governo português implicaria, sem dúvida, um reexame da política americana quanto a ajuda económica e à participação de Portugal na NATO». Liga mal com a visita que realizou a 25 de Março ao Presidente Costa Gomes para lhe participar a «inquietação dos E.U.A. face à situação portuguesa». E liga ainda pior com uma carreira cheia de peripécias edificantes.

Sucessivamente agente imobiliário, vendedor, estagiário de direcção numa empresa têxtil, chefe de mesa, encontrou a sua vocação quando o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1957, o enviou para Joanesburgo como analista económico. Dá-se bem no país do «apartheid», mas fica aí apenas um ano. É chamado aos Estados Unidos para um «treinos complementar» sobre o qual os seus biógrafos são discretos.

É chegada a hora de confiar responsabilidades a este «brilhante, enérgico e dinâmico jovem». O parto congolês é difícil. Pratice Lumumba desenvolve um duro combate contra os interesses belgo-americanos que dividem o seu país em luta por uma verdadeira independência. Frank Carlucci aí desembarca em Março de 1960. Primeiro vice-cônsul, depois segundo secretário de embaixada finalmente «encarregado político», **é ele que, de Leopoldeville, redige para os responsáveis do departamento de Estado a análise política, dia a dia verdadeiro calendário da desestabilização** — a palavra ainda não era utilizada — **congolesa**. Ele torna-se a eminência parda da embaixada. No seu combate contra Lumumba e Cinzenga, no seu apoio a Tschombê e Mobutu, vive algumas aventuras que fazem as delícias da Imprensa americana.»

A CRUZ DOS BRAVOS

Para que os seus relatórios sejam em primeira mão, ele efectua «incursões em terreno hostil». Desafia diariamente perigos que fazem o seu pai suspirar de orgulho — «o meu rapaz é um valoroso macaquinho»., que se movimenta aliás com grande avontade no verdadeiro «meio de cultura» de agentes de toda a espécie que enchem as noites de Leopoldville. Entre eles, o inglês, Michael Thompson, agente da CIA, estreitamente ligado aos belgas, hoje instalado em Bruxelas.

Mas Carlucci também arranja «amigos» entre os congoleses: «É fácil, basta ir ter com eles, apertar-lhes a mão e falar-lhes». Cyrille Adoula, que se tornou primeiro-ministro, foi um dia convidado para um almoço na Casa Branca. «Onde está Carlucci?» perguntou a Kennedy. E teve de pedir a Dean Rusk que fosse buscar o «chefe ideológico» do primeiro congolês, que comia uma refeição fria num «snack», e que o conduzisse à mesa presidencial.

Assim se passaram dois anos no Congo, o tempo necessário para se assistir ao derrube e assassinto de Lumumba, e ao colocar em órbitra dos Tschombê e Mobutu que «hão-de arrancar o Congo do peso comunista».

Na sequência desta missão, Carlucci recebe a Superior Service Award, a mais alta recompensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, apesar de não ter ainda cinco anos de serviço.

Com a sua cruz dos bravos novinha em folha no bolso chega a Zanzibar em Fevereiro de 1964 onde a situação, depois das perturbações de Janeiro, é confusa. **Os zanzibares são mais difíceis de seduzir que os congoleses? O novo cônsul geral não chegará a cumprir os dois anos regulamentares. É chamado a pedido de Julius Nyerere.**

Em Julho de 1965 é de novo «encarregado político» na embaixada dos E.U.A. no Rio. O golpe de 1964 tinha posto fim a uma situação que Ted Noland, director da CIA definia em 1963 como o **nosso mais sério problema na América Latina. Muito mais sério que Cuba, depois dos misseis — como Portugal hoje.**

Os gorilas brasileiros instalados a golpes de dólares, parecem de momento favorecer uma política de abertura aos capitais estrangeiros. Isso não impede que, através de um poliglota «golbe-trotter», Herbert S. Okun, que efectua frequentes excursões entre Munique, Rio, Belo Horizonte, Buenos Aires e Brasília, onde é cônsul, a CIA mantenha **relações privilegiadas com um grupo cujo animador é Carlos Lacerda, um dos principais instigadores do golpe contra Goulart, que conspira agora contra os militares para cuja subida ao poder contribuiu.**

Frank Carlucci torna-se seu amigo e organiza um encontro entre o embaixador americano Tuthill e Carlos Lacerda, o que provoca um protesto brasileiro junto do departamento de Estado. As noites do Rio juntam Carlucci, Roberto Campos ministro da Planificação, Cordeiro Faria, ministro do Interior, isto é, os baluartes do imperialismo americano, assim como Golbery do Couto e Silva, criador da CIA brasileira.

Miguel Arrais, governador de Pernambuco e adversário declarado do Governo de Guanabara, afirma hoje sem hesitar: «Carlucci foi o coordenador das múltiplas redes da CIA que actuaram no Brasil por essa altura». **Ele** de quem o «leader» socialista português, **Mário Soares, dizia: «É um homem honesto!».**

Segunda figura da embaixada, Carlucci tem a sorte de abandonar o Brasil em Julho de 69, imediatamente antes daquele «Agosto, disgosto» — mês de Agosto, mês de contrariedades — que assiste ao afastamento de Costa e Silva, afastado de doença, e à intensificação da acção dos comandos de Marighela, e que será coroado pelo rapto, no princípio de Setembro, do embaixador americano Charles Buke Elbrick, trocado por prisioneiros políticos.

De volta a Washington, Carlucci ocupa diversos cargos na administração de Nixon, nomeadamente o de director do Gabinete de Economie Opportuty — onde é encarregado de reduzir o orçamento da operação «Vista» de ajuda aos pobres e desempregados — e o de subsecretário de Estado de Saúde, Educação e Segurança Social.

O que traz uma particular luz à seguinte decla-

«Perdoai-nos as nossas ofensas...»

ração feita em Lisboa a 15 de Fevereiro de 1975: «Há certos rumores (...). Um deles respeita à visita de um grupo de médicos. A primeira vez que ouvi falar nisso foi através da Imprensa portuguesa. Ora trata-se de turistas. Portugal quer ou não receber turistas Não há qualquer relação com a ajuda americana a esse país em matéria de saúde».

INVESTIMENTO HUMANOS

. No entanto, a 5 de Março, especialistas portugueses protestam: «Considerando a oferta dos E.U.A. de criar hospitais em Lisboa, Porto e numa cidade do Sul. (...) e a de enviar técnicos para ajudar em matéria de saúde e outras; considerando que tais ofertas se inserem e se desenvolvem nos quadros da **Agência Interamericana para o desenvolvimento (AID), organização bem conhecida como instrumento da CIA**; considerando que tais empréstimos e donativos servem de cobertura à infiltração de agentes da CIA; considerando que o imperialismo americano é um inimigo efectivo do Povo Português (...) **chamamos a atenção do Governo para os perigos reais que este tipo de «apoio» esconde e cujas consequências foram evidentes no Chile em S. Domingos, na Bolívia, na Guatemala; e noutros países mártires.**

Efectivamente, no passado dia 28, enquanto corriam rumores de que a CIA decidira fazer «investimento humanos» em Portugal, Frank Carlucci, para provar a «boa fé» dos E.U. e o seu desejo de «respeitar a vontade do Povo Português «assina dois acordos: um abrindo um crédito de um milhão de dólares oara...» a vinda de técnicos encarregados de estudar a melhoria das comunicações e dos serviços de saúde», outro doando a Portugal 750 milll dólares através da AID: Em Lisboa, Carlucci, **mantém boas relações com Spínola «na reserva»; com o homem de negócios Champalimaud** em frente de cujo comício estaciona frequentemente o automóvel da embaixada americana, Champalimaud, que vai frequentemente a de Cascais a Massamá ver o seu amigo e parente Spínola...

Ora quem se gaba de ter prevenido Spínola da pretensa «tentativa de assassínio» dirigida contra ele? Quem o recebeu no Brasil após a sua fuga? Quem estava em Paris ao mesmo tempo que Champalimaud? **Carlos Lacerda, amigo de Frank Carlucci.** Quem dirigia **Latina Thompson**, filial da Jo Walter Thompson, a agência americana que se solidarizou com o «slogan» para recrutar fuzileiros (marines) e encarregada de espalhar em Portugal uma imagem tranquilizante de Pinochet? **O brasileiro Álvaro Gurjão da Silveira hoje desaparecido e que teria servido de intermediário entre Lacerda e Spínola.**

Porque razão Spínola, em Dezembro, levantou, na companhia de **Diáz Alegria**, o Spínola espanhol, 50 mil contos do Banco da Biscaia em Madrid, segundo afirma uma testemunha? Que vinha fazer a Lisboa, em Março o «sindicalista» da **AFL-CIO Irving Brown** que há vinte e cinco anos desempenha um papel de relevo nas actividades e conspirações da CIA, nomeadamente no Terceiro Mundo.

Ao fazer todas estas perguntas, ao esticar todos estes fio, encontramos curiosamente dois pontos de convergência. **Um a embaixada americana em Lisboa, o outro as margens do Potomac.**

Piererá isto dizer, como parece transparecer em certos pontos, que Frank Charles Carlucci III seria o número quatro da CIA? Um senhor que pode declarar sem sorrisos: «Não sei o que significa a expressão imperialismo americano» tem, estejamos certos, um «desmentido aceitável» na manga.

Açores: a burguesia golpista conta com o imperialismo americano

Tal como em todo o País a intervenção eleitoral do M.E.S. orientou-se no sentido da luta contra a reacção capitalista, para a denúncia do imperialismo e dò perigo que representa a presença de bases militares estrangeiras no nosso país, para a organização das massas populares em órgãos de contra-poderes, para a Vigilância Popular.

Na ilha Terceira foi o M.E.S. a única organização de esquerda a assumir uma consequente posição anti-imperialista, rebatendo a ideia difundida pela burguesia local de que são os americnaos que sustentam economicamente a ilha e denunciando claramente aqueles (P.P.D.-P.S.) que afirmando defender a independência nacional, manipulam o espectro do desemprego dos 1500 trabalhadores portugueses que os americanos empregam, para justificar aos olhos dos trabalhadores terceirenses as suas posições pró-imperialismo americano, como se perpetuar um problema fosse a forma de o resolver.

No prosseguimento da campanha realizou o M.E.S. um Comício em Angra do Heroísmo, com a presença do camarada Luís Martins da C.P.N. e a que assistiram cerca de 1000 pessoas.

No diálogo que se gerou com a assistência foram em especial abordados os temas da social democracia, do anticomunismo, visto que o P.P.D. tem desenvolvido uma campanha profundamente anticomunista e tem apresentado a social-democracia como milagre que resolve os problemas dos trabalhadores.

Todas as intervenções foram aplaudidas pela assistência que gritou com frequência a nossa palavra de ordem:

LUTAR CRIAR PODER POPULAR

Por se revestir da maior importância neste momento a luta anti-imperialista transcrevemos na íntegra a intervenção do camarada que falou sobre a Base das Lages.

No momento em que o imperialismo internacional aperta o cerco ao nosso país, procurando em estreita aliança com a reacção capitalista nacional, travar o avanço do processo revolucionário em curso, importa que o Movimento de Esquerda Socialista clarifique, para que não sobre margem de dúvida, qual a sua posição face ao imperialismo e à questão da independência nacional. Esta clarificação torna-se, neste momento, particularmente importante, dado que, por todos os meios, têm várias organizações políticas deturpado sistemática e intensionalmente a nossa posição face à presença militar estrangeira em solo nacional.

Efectivamente, camaradas, o **M.E.S. não faz afirmações gratuitas nem tem uma prática aventureirista.**

O Movimento de Esquerda Socialista é uma organização coerentemente revolucionária e que luta intransigentemente pela defesa dos interesses dos explorados e oprimidos, orientando todos os seus esforços para a construção do socialismo no nosso país.

Nessa perspectiva considera o M.E.S. ser seu dever inalienável alertar os trabalhadores portugueses para o perigo que representa para a sua emancipação a presença de Portugal na NATO e a presença em Portugal de bases militares estrangeiras. De facto o nosso programa é bastante claro neste ponto: O Movimento de Esquerda Socialista é contra a presença de bases militares estrangeiras no nosso país. E isto porque o M.E.S. defende o internacionalismo proletário e defende a independência nacional. Quer dizer, nós pensamos que os interesses dos trabalhadores, de todos os explorados e oprimidos são indênticos seja qual for o país em que vivam, além disso pensamos **que o povo português deve ter a garantia de que poderá resolver os seus problemas sem qualquer espécie de ingerência estrangeira.**

Ora, sabemos todos perfeitamente que as bases militares estrangeiras existentes no nosso pai têm sido utilizadas na agressão a povos que lutam também pela sua emancipação. Sabemos também que toda a espećie de pressões que o imperialismo tem exercido para impedir a emancipação dos trabalhadores portugueses.

E é por não abdicarmos da denúncia destes perigos que nos têm acusado de aventureiristas e de querermos provocar o desemprego. Será curioso notar que os mesmos que nos acusam afirmam também bater-se pela independência nacional. Os mesmos que nos acusam nunca se preocuparam com as centenas de despedimentos efectuados nessas bases antes do 25 de Abril.

O M.E.S. não se opõe à utilização pacífica seja porque nação for e se possível por mais do que uma simultaneamente, dessas bases; o M.E.S. também sabe e afirma-o claramente que a solução cabal de problemas como o desemprego e a melhoria das condições de vida só será possível com avanços decisivos no sentido do socialismo. E sabe que em sociedade socialista, a sociedade que nós queremos construir, e que será totalmente controlada pelos trabalhadores, sabe que nessa sociedade não há lugar para o desemprego nem para a miséria resultantes da existência da exploração capitalista.

Referindo o caso concreto da base militar americana das Lajes colocam-nos com insistência a seguinte questão: Qual a vossa proposta concreta para os 1500 trabalhadores portugueses dessa base no caso dos americanos saírem?

Antes de mais, importa repetir que o M.E.S. não se opõe à utilização dessa base, **por quem quer que seja**, desde que seja usada para fins pacíficos e não de agressão a outros povos ou como arma de pressão contra o povo português. Além, do mais, a resposta a essa pergunta enquadra-se perfeitamente na proposta que o M.E.S apresenta para a construção da sociedade socialista em Portugal. Efectivamente, o desemprego é um dos males da sociedade capitalista. Neste momento existem em Portugal mais de 200.000 trabalhadores desempregados, por um lado e, por outro lado, continua a grande maioria da população portuguesa com necessidades fundamentais por satisfazer o que significa que o problema não é de falta de trabalho em que aplicar essa mão-de-obra lançada na miséria pelo agravar da crise do capitalismo. No momento em que o Conselho Superior da Revolução toma medidas de ataque ao poder económico no nosso país, como sejam as nacionalizações da banca e dos sectores-chave da economia **estão criadas as condições para que se os trabalhadores se organizarem e souberem tomar a iniciativa, se avance no sentido da construção de uma sociedade em que as capacidades e conhecimentos técnicos que cada trabalhadore tenha adquirido sejam colocados ao serviço dos trabalhadores portugueses. Só assim o problema do desemprego será resolvido cabalmente no nosso país.**

Só assim o problema do desemprego não se voltará a pôr aos trabalhadores portugueses, só assim se poderá articular a luta contra o desemprego com a luta mais geral da classe operária e dos seus aliados históricos pela construção da sociedade socialista.

Para o Movimento de Esquerda Socialista é esta a perspectiva correcta face ao problema e pensamos não ser possível encará-lo de outra forma sem se recorrer a mistificações e manipulações que parecendo muito razoáveis mais não fazem do que torneá-lo, prolongando a sua existência. Efectivamente **são as organizações políticas da burguesia capitalista que procuram mistificar e manipular as reais necessidades das massas trabalhadoras em seu proveito**, numa tentativa desesperada de perpetuarem a sua dominação, opressão e exploração.

São essas organizações que temem a verdade e procuram dissimular os mecanismos desta sociedade, procurando ocultar aos olhos dos trabalhadores a real causa dos seus problemas.

Para nós só a verdade é revolucionária.

EM FRENTE PELO SOCIALISMO.

(Núcleo dos Açores)

O «E. S.» VENDE-SE NA SUIÇA
Tabacs du Boulevard
13, Boulevard Georges-Favon
1200 Genève

EM FRANÇA
Livrairie Portugaise,
33 Rue Gay-Lussac
75005 Paris (Telf. 033.46.16)

NA BELGICA
Librairie L'Oeil Savage
221, Chaussée d'Ixelles
1050 Bruxelles (Telf. 648.14.45)

Esquerda Socialista

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Composto e impresso em Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano 44, Lisboa
Jornal semanal / todas as 4.ª-feiras

Camboja:

"Não há exército que possa opor-se ao povo em armas!"

Não há Exército, por poderoso que seja, que possa opôr-se ao povo em armas. Vitória para o povo cambodjano.

A queda do regime de Lon Nol, que em Março de 1970 havia derrubado Sihanouk e a entrada triunfal dos «khmers vermelhos» na capital combodjana, constituem os últimos dados da vitoriosa luta travada pelas forças populares do Governo Real da União do Cambodja (G. R. U. N. K) contra o imperialismo, e, melhor a compreenderemos, se a inserirmos na vasta luta que os povos da Indochina vêm travando pela sua libertação de todas as tutelas com os os países imperialistas os pretendiam vergar.

A luta do povo cambodjano é uma parte, e a lição importante para todos os revolucionários, da grande guerra da Ásia do Sul, que começou quase imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial e que ainda continua.

Esta grande guerra na Ásia do Sul, partiu da decisão dos países capitalistas industrializados do Ocidente (com os Estados Unidos à cabeça) de intensificarem o seu controlo político, económico e ideológico sobre os países da Ásia do Sul e, simultaneamente desafiarem económica e militarmente a República Popular da China, cuja influência foi, não obstante, decisiva para a determinação e unidade dos povos da Ásia do Sul de assegurarem um futuro livre.

No fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e seus aliados da Europa Ocidental acordaram em restabelecer as suas esferas de influência mútua na Ásia. Os E. U. A. por terem vencido o usurpador japonês, iriam dominar na parte ocidental do Pacífico (China, Japão, Filipinas, etc.), a França ficaria com a Indochina e a Grã-Bretanha na zona do Oceano Índico (Índia, Birmânia, Malásia, Singapura, etc.).

Os aliados repartiram, assim, a responsabilidade de manter um perímetro de defesa que corresponderia às suas possessões coloniais compreendendo a metade ocidental da Ásia, da Coreia à Cachemira, e comprometeram-se a levar mutuamente socorros, no caso de qualquer lugar desta zona ser submetido a um forte ataque.

Este acordo em breve passava a funcionar, pois a restauração de regimes coloniais no Sul da Ásia (contrariando as promessas de independência feitas durante a guerra) provocou a eclosão da guerra de guerrilhas em toda a região.

Muitos países conseguiram obter assim a independência, porque continuar a ocupá-los daria resultados não rendíveis (Birmânia) ou abaixo das possibilidades da economia interna (Indonésia). Mas, no Sudeste Asiático, os colonialistas estavam prontos a empreender lutas prolongadas contra guerrilhas a fim de manter o seu controlo sobre os recursos dessa zona. Assim, a luta de guerrilhas na Malásia durou doze anos (1948-60) antes que a grã-Bretanha concedesse independência política.

Entretanto, na Indochina, a potência ocupante — França — fazia face a um inimigo mais formidável. Em 1950, perante uma situação militar que diariamente se deteriorava no Vietname e do crescente descontentamento que se fazia sentir, a França apelou para que os Estados Unidos a ajudasse a não permitir uma brecha no perímetro de defesa da Ásia. Se bem que os E. U. A. já tivessem utilizado as suas tropas na Coreia do Sul para proteger o flanco norte deste perímetro, não hesitaram em fornecer à França as armas e os capitais de que necessitava (a contribuição total dos Estados Unidos ao esforço da guerra francesa na Indochina foi de 2600 milhões de dólares, isto é, 80 por cento do custo da guerra).

Com a vitória do povo vietnamita em Dien Bien Phu, forçou-se a saída das tropas francesas do Sudeste Asiático. Os E. U. A. — que até então consideravam o Sudeste Asiático como tendo importância secundária em relação aos seus territórios do Pacífico — precipitaram-se a rapidamente suprimir a brecha criada pela saída das tropas francesas no centro do perímetro de defesa asiático. O aparelho colonial francês não tinha ainda operado a sua saída de Saigão e já as primeiras legiões para-militares dos E. U. A. começam a chegar.

Para contornar os acordos de Genebra — que proibiam a intervenção de novas armas ou de pessoal militar estrangeiro no Vietname — o Grupo Universitário do Estado de Michigan(MSUG)instalou-seafim de fornecer uma «cobertura» à equipa da C. I. A. que armou e dirigiu a polícia secreta e a guarda do palácio de Ngo Dinh Diem. Daqui, à introdução dos primeiros «conselheiros» das Forças Especiais ao emprego de um exército de meio milhão de homens na repressão do povo vietnamita e no ataque a países vizinhos como o Laos, o Camboja ou a Tailândia, foram passos que rapidamente os E. U. A. souberam dar.

Mas, foi também no Vietname que os Estados Unidos aprenderam que mesmo camponeses pobres, animados pela promessa de uma vida melhor para os seus filhos, podem vitoriosamente fazer frente aos exércitos mais poderosos do Mundo.

Actualmente, no Vietname, o regime suportado pelo imperialismo americano agoniza e já nem os dólares americanos poderão parar a rápida marcha para a unidade e independência do povo cietnamita.

No Camboja, o povo cambodjano pode agora traçar um futuro de paz e unidade e recontruir um país durante anos pilhado e com mais de um milhão de mortos e feridos impostos por uma política de domínio e agressão imperialista.

N.º 6 domingo, 20 de abril 1850

Poder Popular

em frente por um poderoso movimento de massas anticapitalista

o processo revolucionário avança
a luta pelo socialismo está na ordem do dia!

trabalhadores do mar - pelo poder popular

garantir o controle operário
derrotar a reacção capitalista
avançar para o exército popular
lutar, criar, fortalecer o poder operário e popular

Esmagar os provocadores

A classe trabalhadora do concelho de Estremoz, foi na passada noite de 10 de Abril alvo de mais uma campanha de calúnias e ofensas por parte de um partido da burguesia.

Assim, o C.D.S., o tal partido que aparece com falinhas mansas na televisão a falar de «democracia», de «paz», de «amor» e «liberdade», em através das inscrições que faz nas paredes mudar o nome da Avenida 9 de Abril para **24 de Abril** (tempo do fascismo) e dizer que «Mais vale Marcelo do que foice e martelo», além de provocatoriamente destruir a propaganda de outros partidos, chegando ao cúmulo de «sujar» as paredes dos partidos da classe trabalhadora com o seu nome (C.D.S.).

As organizações progressistas não podem deixar de denunciar estas atitudes assim como chamar a atenção da classe trabalhadora para o facto de as fileiras do C.D.S. serem compostas de antigos elementos da A.N.P., Legião Portuguesa, grandes latifundiários, capitalistas e toda a espécie de exploradores do Povo.

Mais uma vez apelamos para a vigilância popular, no sentido do Povo Português não permitir que partidos fascistas possam deitar as unhas de fora provocando com todo o à vontade o sector progressista do M.F.A., os partidos progressistas e acima de tudo o povo trabalhador.

Esmaguemos os partidos da burguesia!!!
Esmaguemos os opressores do povo!!!
Abaixo os provocadores da classe trabalhadora!!!
Fim à exploração do Homem pelo Homem!!!

M.E.S. — Movimento de Esquerda Socialista
P.C.P. — Partido Comunista Português
M.D.P./C.D.E. — Movimento Democrático Português

Em França a convite do PSU

A convite do Partido Socialista Unificado — P.S.U. Francês estivemos presentes na passada quarta-feira dia 16 num comício na Mutualité de Paris onde perante cerca de 4 000 pessoas, entre as quais muitos portugueses, interviemos na pessoa do nosso camarada José Dias — membro do Secretariado da Comissão Política sobre a situação política em Portugal, sobre o 28 de Setembro e o 11 de Março, no fundo sobre o nosso programa político. Intervieram ainda um camarada pela F.S.P., outro pela L.U.A.R., um camarada miliciano e dois dirigentes do P.S.U..

No decorrer do comício foram recebidas inúmeras mensagens de solidariedade para com a esquerda revolucionária portuguesa. Destacamos de todas elas uma que foi assinada por várias secções da emigração do Partido Socialista Português, a qual nos demonstra que efectivamente há muita gente na base do P.S. que nada tem a ver com a sua direcção social democrata.

Aproveitamos a nossa presença em França para estreitar as nossas relações de trabalho com algumas organizações da esquerda revolucionária francesa, e em especial o P.S.U..

Ainda a convite do Partido de Unidade Proletária para o comunismo — PDUPpC italiano falamos em Milão foi intermédio do mesmo camarada para uma Assembleia de 20 000 pessoas que se manifestavam na passada sexta-feira contra os assassinatou de militantes revolucionários, vítimas do M.S.I. — org. fascista e da política italiana.

Em Roma associámo-nos no passado sábado à manifestação de apoio ao processo político português, promovida pela organização «Lotta» continua, onde perante 70 000 pessoas foi lida a nossa mensagem de solidariedade para nem a luta das nossas trabalhadoras italianas contra o fascismo e o capitalismo.

Apercebendo-nos da intensa campanha realização nos órgãos de informação contra o M.F.A., os partidos progressistas e o próprio processo português procuramos por todos os modos corrigir essas informações e desmascarar o vasto plano de isolamento internacional, por parte do capitalismo internacional, em que se inserem.

Foi-nos claro verificar o péssimo papel que estão a prestar ao País a maior parte dos embaixadores e consules portugueses no estrangeiro, dado que, raramente se preocupam em repôr a verdade (muitas vezes quando o fazem é porque são pressionados pelas forças progressistas) e revelam não possuir nem se interessarem por uma eficaz política de contra-informação.

A política de relações internacionais possa por um serviço diplomático que esteja ao serviço do País e das nossas emigrantes. Ora tal não acontece com a actual estrutura, composição e trabalho do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Brevemente trataremos desta matéria, fundamental para assegurar o internacionalismo do processo político nacional.

Comício no Palácio de Cristal

No domingo realizou-se no Palácio de Cristal um comício do M.E.S.

Este comício vem coroar toda uma actuação da Organização Regional do Porto que durante duas semanas levou a efeito quase uma centena de sessões de esclarecimento e discussão da nossa linha política e das tarefas a realizar pela classe operária e seus aliados, pelo socialismo, para o comunismo.

O camarada Jorge Strecht Ribeiro, que encabeça a lista candidata do nosso movimento pelo Porto, analisou a situação dos vários partidos a partir do «25 de Abril». A respeito dos partidos da burguesia — P.S. e P.P.D. — afirmou a certa altura:

«Com a cisão verificada no seio do bloco reformista, o P.S., após o 28 de Setembro, passou a assumir, por sua vez, uma hegemonia que até então o P.P.D. lhe disputara como intérprete das soluções sociais democratas para Portugal. Não podemos esquecer a presteza com que os burgueses do P.P.D. procuravam, lestos, reivindicar e abençoar-se com as palavras do contra-revolucionário e terrorista Spínola. Nem a forma como a direcção social-democrata do P.S. apostou descaradamente na via da traição spinolista. A direcção triunfante do P.S. tornou-se, então, ponta de lança do anti-comunismo e da defesa da democracia burguesa. Aparece-nos agora como carregado do seu verdadeiro significado e simbolismo o abraço que Mário Soares e Willy Brandt trocaram aqui no Porto, sobretudo quando os fascistas Galvão de Melo e Freitas do Amaral, do partido fascista, C.D.S., retomam no TV a palavra de ordem do chamado «socialismo em liberdade». No seu jogo eleitoralista, a direcção do P.S. procura interna e externamente desfraldar o espantalho do totalitarismo. E, na sua voracidade eleitoral, o cruzado Soares parte à conquista do voto das clientelas em pânico da pequena burguesia desnorteada.

«O imperialismo tem então nas palavras da cúpula social-soarista o elemento agregador de referência ao chamado totalitarismo português.

«Tentanto provocar a divisão do M.F.A. a direcção soarista faz do P.S. o testa de ferro onde a burguesia e os contra-revolucionários encontram porto seguro de abrigo. Incapaz de perceber a dinâmica do processo revolucionário, a direcção do P.S. traiu as massas trabalhadoras que reconheceram esse partido como defensor dos interesses operários.

«Primeiro embaixador declarado da social-democracia, o P.P.D. foi ultrapassado pelo P.S. na defesa dessas credenciaisi neo-capitalistas. A Europa imperialista, apesar do P.P.D. se apresentar como a sua directa correspondência, revê-se melhor no P.S. e apoia-o, como única possibilidade de recuperar o terreno que lhe começa a fugir.

«Traindo os interesses de classe das suas bases operárias, a direcção social-democrata do P.S. indentifica-se na prática com as soluções contra-revolucionárias e capitalistas do P.P.D. Entrava o processo e a legalidade revolucionária e tenta desloca-lo para o terreno da democracia e legalidade burguesa.

«A social-democracia em Portugal é, porém, além do mais, um remédio de enforcados. É de facto sabido que nas condições actuais do capitalismo português, a burguesia só pode assentar o seu domínio em base democrática de forma transitória. A dominação e acumulação do capital pela burguesia só se poderá obter entre nós pela contenção dos salários, pela subida dos preços, asfixiando as reivindicações a todos os níveis. Ora tal só se poderá verificar num regime que, a curto prazo, se tornaria altamente repressivo e ditatorial.

«Os balões de oxigénio e injecções monetárias feitos pelo choroso capitalismo internacional, apenas poderiam, por sua vez, representar paliativos transitórios que, mantendo a exploração operária, a agravariam e hipotecariam ainda mais a independência nacional.»

Estimular a iniciativa das massas

No dia 17 de Abril realizou-se no Porto, no Pavilhão do Académico um comício unitário de apoio às importantes medidas económicas recentemente tomadas.

Pelo M.E.S. falou José Tavares Pinto que a certa altura afirmou:

Queremos o socialismo. As nacionalizações são um passo importante no avanço do processo revolucionário, mas as nacionalizações só por si não significam que se caminhe para o socialismo. Só o poder político e a direcção total da sociedade asseguram aos trabalhadores a alteração radical do sistema que os explora. Se assim não for, corremos o risco de vermos substituídos os antigos patrões por novos patrões, sem nada se alterar para os trabalhadores e explorados.

Se assim não fôr, corremos o risco de vermos substituídos os burocratas a soldo do lucro por burocratas a soldo do Estado. Se assim não fôr, corremos o risco de perpetuar a divisão entre os que dirigem e os que executam, entre os que mandam e os que obedecem. Se assim não fôr, corremos o risco de vermos os reaccionários capitalistas do C.D.S. e do P.P.D. a servirem-se do saber técnico que a burguesia lhes deu para manterem os privilégios e sabotarem o processo revolucionário português.

Para que tudo isto se não verifique é preciso incentivar a organização operária. Tal como Lénine dizia em 1917: «A tarefa mais importante do nosso tempo consiste em estimular tão largamente quanto possível a iniciativa espontânea dos operários, de todos os trabalhadores e explorados em geral, no seu trabalho fecundo de organização. É preciso destruir a todo o custo o velho preconceito absurdo, bárbaro, infame e odioso, segundo o qual só as pretensas classes superiores, só os ricos ou os que passaram pela escola das classes ricas, podem administrar o Estado, organizar a construção da sociedade socialista».

Agora, mais do que nunca, é preciso avançar com energia e audácia e por isso não há lugar para os reaccionários, para os capitalistas, para os sociais-democratas mais ou menos envernizados.

Agora, mais do que nunca, não há lugar para a colaboração de classes ou para pactos com a burguesia. Agora, mais do que nunca, não há lugar para os spinolistas e demais contrarevolucionários no seio das Forças Armadas.

Só assim camaradas poderemos construir um Estado completamente novo, o Estado da ampla democracia dos operários e dos trabalhadores seus aliados, o Estado da ditadura do proletariado sobre os capitalistas e todos os exploradores. Só assim, camaradas poderemos construir o socialismo e caminhar para uma sociedade sem exploradores e sem explorados, a sociedade sem classes, o comunismo.

Viva a unidade da classe operária!

Viva o poder operário e popular!

Viva o apoio do M.F.A. à luta dos trabalhadores pelo socialismo!

Avante pelo socialismo para construir o comunismo!

Uma nova sede

O M.E.S. tem mais uma sede. Simpatizantes, aderentes e militantes do M.E.S. ocuparam um edifício velho e devoluto no centro de Vilar de Andorinho, Gaia, no passado dia 13.

A casa pertencia a uma das famílias outrora mais importantes da freguesia.

A ocupação teve o apoio de muito povo da freguesia que ocorreu em grande número, não só no dia da ocupação como durante as operações de limpeza e arranjo das instalações.

A casa destina-se à sede do núcleo do M.E.S., no 1.º andar, estando o rés-do-chão, um vasto salão, destinado a local de reunião para o povo de Vilar de Andorinha.

NÚCLEO DO PORTO

A todos os militantes, aderentes e simpatizantes da Organização regional de Lisboa

O grande crescimento da organização regional de Lisboa impõe um amplo trabalho de reorganização que o Secretariado se propõe iniciar desde já.

Deste modo, todos os militantes, aderentes e simpatizantes devem dirigir-se, no mais breve prazo, à sede de Av. D. Carlos I, n.º 130, para regularizarem a sua situação em relação ao Movimento.

Acentua-se a grande importância de esta tarefa ser levada a cabo com todo o rigor e zelo como passo indispensável da grande reestruturação que vamos levar a cabo.

SEDES

Águeda, R. Dr. Adolfo Portela, 22
Almada, Praceta D. Isabel (R. Projectada à R. D. João de Castro), anexo 6
Alverca, R. Brigadeiro Alberto Fernandes, Lote 7, 1.º E
Amadora, R. António Correia, 3
Angra do Heroísmo, R. Conselheiro Jacinto Cândido, 7
Aveiro, Av. Araújo e Silva, 22
Barcelos, Av. da Liberdade, 60-1.º
Beja, R. dos Infantes, 14, T. 22789
Bombarral
Braga, Av. da Liberdade, 362-2.º, T. 27043
Caldas da Rainha, Trav. 5 de Outubro, 22
Cascais, R. Araújo Viana, 6
Castelo Branco, R. João de Deus, 54/58 T. 833
Castro Verde, R. Nascimento Costa
Chaves, R. das Longras, 20-2.º
«**Coimbra**, R. Ferreira Borges, 125-3.º, tel. 27718
Covilhã, Praça do Município, 84-2.º, Tel. 24485
Cuba, R. Serpa Pinto, 15
Espinho, R. 19, n.º 57 r/c
Estarreja
Estremoz, Largo da República, 42
Faro, R. Reitor Teixeira Guedes, 45 Tel. 26100
Figueira da Foz, Rua da República, 102, 1.º
Gueifães (Maia) R. da Monta, 9
Guarda, R. Augusto Gil, 1-1.º
Guimarães, Rua da Rainha 138-2.º e 3.º
Lamego, Praça do Comércio, 93-3.º
Lavradio R. António Chatillon 23 R/C
Leiria, Rua Tenente Valadim, 66 r/c drt.º
Lisboa, Av. D. Carlos I, 130, Tel. 600054
Av. D. Carlos I, 146-1.º drt.º, Tel. 607127/28
R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c esq. (Jornal), Tel. 535438
Arroios, Rua de Arroios, 88-1.º
Campo de Ourique, R. Silva Carvalho, 255-1.º
Moscavide, R. dos Combatentes da Grande Guerra, 51-B. Tel. 2514600
Matosinhos R. Conde S. Salvador, 374
Oliveira de Azeméis, R. Luís de Camões, 21
Ovar, R. Alexandre Sá Pinto, 64
Peniche, R. Alexandre Herculano, 16/18
Ponta Delgada, R. Tavares Resende, 100
Ponde de Lima, Av. António Feijó
Portalegre, R. Guilherme Gomes Fernandes, Tel. 817
Porto, R. Gonçalo Cristóvão R. 31 de Janeiro 150-1.º, Tel. 319569
Bonfim, R. do Bonfim, 104
S. João da Madeira, R. Vasco da Gama, 262
Vilar de Andorinho
S. Pedro do Sul, L. de S. Sebastião
Santarém, R. Pedro de Santarém, 36, Tel. 23199
Seia, R. Capitão António Dias
Sesimbra, R. Ramada Curto, 6
Serpa, R. do Calvário, 29
Setúbal, R. José Adelino 13 ao L. da Fonte Nova
Sintra, Vila Velha, R. Consiglier Pedroso
Tomar, R. Pedro Dias, 44
Viana do Castelo, R. de Altamira, 65/67
Praça da República, 52, Tel 22224
Vila de Punhe (Neves)
Vila Nova de Gaia, R. Teixeira Lopes, 123
Vila Real R. Teixeira de Sousa, 34
Viseu, Trav. Cândido dos Reis, 37

Redacção: R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c Lisboa (T. 535438)
Administração: Av. D. Carlos I, 128

Italia: a ameaça "fanfascista" e a falência do compromisso histórico

Os últimos dias viram ressurgir em Itália uma nova e grave ofensiva fascista de violência: uma nova bomba assassina foi posta na linha férrea Roma-Florença; em Milão, dois militantes de esquerda são mortos pelos fascistas e pela policia às ordens de Fanfani; em Florença outro militante comunista é varado pelas balas fascistas. E para cúmulo, é retirado ao magistrado de Milão, a quem de direito competia proceder ao inquérito sobre os acontecimentos, tal tarefa, por pertencer ao grupo «Magistratura Democrática», alegando que nessa qualidade seria incapaz de proceder com imparcialidade!

Mas a gravidade de tais factos não está tanto nas dramáticas proporções que assumiram quanto no serem elo e resultado de uma quase parece interminável cadeia que assola a Itália. Desde o «Outono quente» de 1969, e como resposta ao crescendo da combatividade operária, que a violência fascista, com a conivência da democracia cristã, alastra numa «estratégia de tensão» destinada a minar os alicerces democráticos italianos e os seus fermentos de vanguarda. Uma vez mais se assiste em Milão à aliança da violência fascista com a violência do regime e da sua polícia. Violência desencadeada perante o desespero de poder suster politicamente o descalabro do regime demo-cristão e a consolidação de uma nova esquerda e de uma nova oposição ao regime.

Fanfani, batido inapelavelmente nos seus designios autoritários, ameaçado não só pela recessão económica e pela crise mas também por um eminente retrocesso eleitoral do seu partido, já dilacerado por fortíssimas divisões internas (são sete as correntes que se degladiam no seio da D.C.), perante a dificuldade de responder politicamente ao avanço da esquerda, mina a proposta do «compromisso histórico» apresentada por Berlinguer, com a desonesta e suja instrumentalização dos factos ocorridos em Portugal.

O secretário-geral do PCI, por seu turno, sem compreender a falência a que está votado o «compromisso histórico» com esta D.C., não encontrou outra réplica a Fanfani senão a de se virar contra o homónimo português, protestando contra a ilegalização dos fascistas da Democracia Cristã portuguesa, cujo secretário-geral se encontra comprometido com o golpe do 11 de Março.

Tudo indica pois que a questão portuguesa será fulcro sobre o qual se centrará a campanha eleitoral do próximo mês de Junho em Itália (eleições regionais e comunais). Fanfani, por um lado, Berlinguer por outro, irão tirar partido, cada um a seu modo, do processo português. Um à custa da calúnia gratuita (nos muros das cidades italianas podem ler-se os seguintes dizeres num cartaz da Democracia Cristã: «1956 — Budapeste; 1969 — Praga; 1975 — Lisboa»); outro à custa de uma necessária dessolidarização do processo revolucionário português.

Mas aos secretários-gerais da D.C. e do PCI respondem inequivocamente os factos de Milão. Desmascarando Fanfani e os seus objectivos sobre a questão da «ordem pública» (actualmente em discussão o projecto de lei, em Itália), o que aconteceu em Milão revela a verdadeira face repressiva e antioperária da Democracia Cristã, cuja polícia, muito longe de se interessar em evidenciar quem são os verdadeiros autores da violência, quem está efectivamente interessado hoje em Itália em subverter os fundamentos da ordem democrática, se coloca ao lado dos fautores da desordem e do caos intencional.

Berlinguer, por seu turno, deve compreender que a lição italiana foi tirada em Portugal: o fascismo, ou se elimina de raiz, indo até à destruição da sua própria matriz capitalista, atacando nela os seus fundamentos económicos, e retirando-lhe politicamente qualquer possibilidade de reorganização, ou ele acabará por minar as próprias bases da unidade antifascista.

A quem impugnou a correcção democrática das medidas do Conselho de Revolução, ao marginalizar o PDC, insistindo no respeito «democrático» de todas as correntes de opinião (mesmo daqueles que lutam contra tal respeito), e idealizando um possível compromisso histórico com um partido de regime em desagregação, e que em última instância se alia e colabora com a violência fascista, os factos de Milão demonstram à evidência que com o fascismo e a sua violência não pode haver contemplação ou compromissos.

Pela ilegalização do M.S.I. e pelo ataque às tentativas autoritárias e fascizantes da DC são tarefas que se assumem actualmente as organizações revolucionárias italianas, e que exigem a solidariedade dos trabalhadores e das forças revolucionárias portuguesas.

"PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUROPA"

Sob a palavra de ordem «Portugal não será o Chile da Europa», cinquenta mil camaradas, entre os quais muito operários e soldados, das comissões de fábrica e quartéis dos mais diversos pontos de Itália, desfilaram pelas ruas de Roma, no sábado passado, dia 19, numa grande manifestação nacional promovida pela organização revolucionária Lotta continua de apoio ao avanço do processo revolucionário português.

A secretaria da Comissão Política do M.E.S., que mantém com a esquerda revolucionária italiana estreitas relações de solidariedade de luta, enviou aos camaradas italianos que participaram naquela manifestação a seguinte saudação:

«Com o 25 se Abril abriu-se em Portugal um processo político caracterizado por uma situação extremamente favorável ao avanço da luta pelo socialismo. A queda do fascismo e do colonialismo não controlada pela grande burguesia industrial e financeira, e o desenvolvimento de um poderoso movimento de massas capaz de criar na sua luta pela emancipação novos organismos como as Comissões Operárias, os Comités de Bairro, os Conselhos de Aldeia, estabeleceram as condições para enfrentar uma luta radical contra a exploração e a opressão capitalista e para aprofundar decididamente o processo revolucionário em curso. Estamos vivendo em Portugal neste momento uma fase crucial de luta pelo socialismo na qual se decidirá a natureza de classe do 25 de Abril.

O M.F.A., que contém em si posições contraditórias que se confrontam no terreno da luta de classe, é actualmente hegemonizado por oficiais progressistas; não pode ser todavia considerado um bloco homogéneo nem o motor do processo revolucionário em curso no nosso país. O papel do M.F.A. é o de manter abertas as contradições no seio do poder político e o de abrir espaço para o movimento de classe que se vai organizando cada vez mais na sua luta contra o capitalismo. Na fase que atravessamos, em que se desenrola um processo de nacionalização que, se for controlado politicamente pela classe operária e seus aliados, representará um passo em frente decisivo para o socialismo, realizam-se eleições burguesas para a Assembleia Constituinte. Estas poderão daa lugar a uma vitória da direita, da social-democracia e das forças do golpismo reaccionário burguês, apoiado pelo imperialismo internacional. É necessário para que avance o processo revolucionário em Portugal, um apoio militante dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos de todo o mundo, das organizações progressistas e revolucionárias que no mundo capitalista combatem a exploração e a opressão. É de fundamental importância que, em todo o mundo, e particularmente na Europa, os trabalhadores levantem a sua voz ao lado dos operários portugueses que lutam pelo poder popular e pelo socialismo. O internacionalismo proletário não deve permancer uma palavra vazia. Por estas razões o Movimento de Esquerda Socialista sauda todos os operários e militantes revolucionários que participam nesta manifestação.

Viva o Internacionalismo Proletário!

Viva a Revolução Socialista!

Viva a solidariedade dos operários e dos soldados italianos com o processo revolucionário português!